



VIBRA ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02

NIRE 33300013920

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Data: 27 de abril de 2023

Horário: 14 horas

VIBRA ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02

NIRE 33300013920

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	3
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
INFORMAÇÕES GERAIS.....	11
ANEXO I COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	16
ANEXO II PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	69
ANEXO III PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	70
ANEXO IV INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA.....	75
ANEXO V DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO INDICADO A CONSELHEIRO INDEPENDENTE.....	81
ANEXO VI INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	87
ANEXO VII INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL INDICADOS PELA PREVI.....	139

VIBRA ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **VIBRA ENERGIA S.A.** (“**Companhia**”) convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14 horas, **de modo exclusivamente digital e à distância**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (iii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a distribuição de dividendos;
- (iv) eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia;
- (v) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (vi) fixação do montante global da remuneração dos administradores, da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

Instruções e Informações Gerais:

Conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, **a AGO será realizada de modo exclusivamente digital e à distância**, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81.

Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação da AGO (“**Edital de Convocação**”) e na proposta da administração para a AGO (“**Proposta da Administração**”), para participar e votar na AGO, por meio do sistema eletrônico, cada acionista deverá acessar o [link <https://qjcentral.precisao-i.com/m/agoe-vibra-energia-2023>](https://qjcentral.precisao-i.com/m/agoe-vibra-energia-2023), **até às 14 horas do dia 25 de abril de 2023**, preencher o seu cadastro, seguir as instruções a serem disponibilizadas pelo sistema eletrônico e/ou por e-mail e encaminhar, por meio do sistema eletrônico, todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, incluindo (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua

titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados na Proposta da Administração; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação por procurador (“**Cadastro**”).

Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista por ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. **Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO.**

Após a análise e confirmação de que a documentação apresentada cumpre os requisitos necessários para validar a participação e, conforme o caso, representação do acionista na AGO, o acionista receberá, por e-mail, a confirmação de que seu Cadastro foi devidamente concluído. Caso o acionista não receba tal confirmação, o acionista poderá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail <ri@vibraenergia.com.br>, com até **3 (três) horas de antecedência** do horário da AGO.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio de sistema eletrônico, na AGO e observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração, o acionista poderá exercer o seu respectivo direito de voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância (“**Boletim de Voto**”) disponibilizado pela Companhia nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br). **A Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO.

Tendo em vista que, no âmbito da AGO, será eleito apenas 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, exclusivamente em decorrência de renúncia divulgada pela Companhia em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia informa que não serão aplicáveis à AGO as disposições relativas à adoção do processo de voto múltiplo.

Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como cópia dos demais documentos exigidos nos termos da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis, a partir desta

data, na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Sérgio Agapito Lires Rial
Presidente do Conselho de Administração

VIBRA ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A administração da **VIBRA ENERGIA S.A.** (“**Companhia**”) apresenta aos senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V. Sas. na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14 horas, **de modo exclusivamente digital e à distância**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”, “**AGO**” e “**Proposta da Administração**”, respectivamente).

- (i) **Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

A administração da Companhia propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2023.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal da Companhia e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, juntamente com o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontram-se disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81.

Ainda em conformidade com o artigo 10, inciso I, da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência da Companhia, constam do **Anexo I** à presente Proposta da Administração.

- (ii) **Aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023**

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 80**”), e para os fins do artigo

196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), a administração da Companhia propõe a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, na forma do **Anexo II** à presente Proposta da Administração.

(iii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a distribuição de dividendos

A Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, lucro líquido no valor de R\$1.537.154.418,17 (um bilhão, quinhentos e trinta e sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e dezessete centavos), evidenciado na demonstração de resultados constantes das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“**Lucro Líquido**”). Nesse sentido, a administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação da seguinte destinação do Lucro Líquido:

- (a) a destinação de R\$76.857.720,91 (setenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte reais e noventa e um centavos) para a reserva legal, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (b) a destinação de R\$162.941.719,84 (cento e sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) à reserva de incentivos fiscais;
- (c) a destinação de R\$823.993.081,64 (oitocentos e vinte e três milhões, novecentos e noventa e três mil e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos), equivalente a aproximadamente 63,5% (sessenta e três e meio por cento) do Lucro Líquido ajustado para determinação dos dividendos, nos termos da legislação aplicável, a título de juros sobre capital próprio já declarados e quitados, pagos em 29 de dezembro de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, a serem imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
- (d) a retenção de R\$473.361.895,78 (quatrocentos e setenta e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), prevista no orçamento de capital a ser deliberado pela AGO, nos termos do item (ii) desta Proposta da Administração, conforme artigo 196, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, a proposta completa de destinação do Lucro Líquido da Companhia, incluindo informações adicionais a serem avaliadas por V.Sas., nos termos do Anexo A da Resolução CVM 81, constam do **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

(iv) Eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia

Na AGO haverá a eleição de 1 (um) membro para Conselho de Administração, de modo a preencher o cargo vago decorrente da renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2023. Nesse sentido, o membro eleito terá mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, em atenção ao prazo de mandato dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia.

Diante da análise técnica pela área de integridade da Companhia de que não há óbices à investidura do candidato em cargo de administração, bem como da análise do preenchimento dos requisitos legais e de integridade pelo Comitê de Pessoas, nos termos da Política de Indicação da Companhia de Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral (“**Política de Indicação**”), disponível nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 (www.b3.com.br), o Conselho de Administração submete a mencionada indicação à deliberação de V.Sas. no âmbito da AGO.

A eleição do membro do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 80, não sendo, contudo, aplicável à presente AGO a adoção do processo de voto múltiplo, em razão da existência de apenas 1 (um) cargo a ser preenchido.

Para informações a respeito do candidato indicado pela administração da Companhia, bem como as informações aplicáveis aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência com relação a tais candidatos, veja o **Anexo IV** desta Proposta da Administração, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81. Ademais, a Companhia apresenta, na forma do **Anexo V** desta Proposta da Administração, a declaração de independência do referido candidato encaminhada à Companhia, atestando seu respectivo enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3. Ademais, para fins do artigo 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e, conforme declarações fornecidas e informações prestadas, os membros do Conselho de Administração manifestam-se favoravelmente quanto ao enquadramento do candidato a membro independente do Conselho de Administração aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

A administração da Companhia destaca que novas indicações de candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia deverão atender aos requisitos e vedações previstas na Lei das Sociedades por Ações e deverão ser acompanhadas das informações exigidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81, da Resolução CVM 80 e da Política de Indicação.

(v) Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

Na AGO haverá a eleição de 3 (três) membros efetivos do Conselho Fiscal, bem como seus respectivos suplentes, para um mandato de 1 (um) ano, vigente até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conforme aviso aos acionistas divulgado pela Companhia em 7 de abril de 2023, a Companhia recebeu da acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ (“**Previ**”) indicações de candidatos ao Conselho Fiscal. Nesse sentido, conforme solicitado pela Previ e para referência de V.Sas., foram incluídas no **Anexo VII** à presente Proposta da Administração as informações fornecidas pela Previ relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência aplicáveis a tais candidatos, a saber: (i) como efetivo, Sr. Gueitiro Matsuo Genso, tendo como suplente a Sra. Cristina Ferreira de Brito; e (ii) como efetivo, Sr. Vitor Paulo Camargo Gonçalves, tendo como suplente o Sr. Wesley Mendes da Silva.

Adicionalmente, tendo em vista que a Sra. Cristina Ferreira de Brito e o Sr. Wesley Mendes da Silva já haviam sido indicados pela administração da Companhia como membros suplentes de determinados candidatos aos cargos de membros efetivos do Conselho Fiscal, a administração da Companhia optou por alterar sua proposta da administração para excluir

os candidatos aos cargos de membros efetivos cujos suplentes constam da indicação da Previ. Nesse sentido, a proposta da administração passa a contemplar apenas, como efetivo, o Sr. Rinaldo Pecchio Junior, tendo como suplente o Sr. Walbert Antonio dos Santos para o Conselho Fiscal da Companhia.

Em conformidade com o artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81, as informações sobre os candidatos aos cargos do Conselho Fiscal da Companhia indicados pela administração da Companhia, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta da Administração.

A administração da Companhia esclarece que a eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada por meio do sistema de votação individual de candidatos.

Vale destacar que a indicação dos candidatos aos cargos do Conselho Fiscal pela administração da Companhia foi validada pelo Comitê de Pessoas da Companhia, nos termos da Política de Indicação. Ademais, em relação aos candidatos indicados pela Previ, a administração esclarece que está conduzindo internamente o seu rito de verificação da elegibilidade de tais candidatos, a ser concluído previamente à AGO, sendo certo que, com base na documentação apresentada pela Previ, a Companhia não vislumbra, neste momento, impedimentos que possam prejudicar a elegibilidade de tais candidatos.

Novas indicações de candidatos aos cargos do Conselho Fiscal da Companhia deverão atender aos requisitos e vedações previstas na Lei das Sociedades por Ações e deverão ser acompanhadas das informações exigidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Política de Indicação.

(vi) Fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia

A administração da Companhia propõe à AGO a aprovação (i) do montante global da remuneração dos administradores da Companhia (isto é, membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutário) de até R\$73.836.098,48 (setenta e três milhões, oitocentos e trinta e seis mil e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos); bem como (ii) do montante global da remuneração dos membros do Conselho Fiscal de até R\$810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), considerando o disposto no artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) do montante global da remuneração dos membros do Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração de até R\$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais).

O montante global acima exposto refere-se ao período compreendido entre abril de 2023 a março de 2024, e inclui honorários fixos, remuneração variável, remuneração baseada em ações e benefícios diretos e indiretos, inclusive a previsão de pagamento de benefício motivado pela eventual cessação antecipada do exercício do cargo dos membros da Diretoria Estatutária.

Por fim, de acordo com o artigo 23, inciso I, do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual do montante de remuneração dos administradores da Companhia, bem como a dos membros Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, em observância à legislação aplicável e os demais normativos da Companhia.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores acima descrita, a Companhia apresenta as informações aplicáveis à seção 8 do Formulário de Referência na forma do **Anexo VI** à presente Proposta da Administração.

VIBRA ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33300013920

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

INFORMAÇÕES GERAIS

1 Instalação da AGO

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

2 Orientações para participação dos acionistas na AGO

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) – em ambos os casos, por meio de sistema digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

2.1 Participação remota na AGO por meio de sistema eletrônico

Conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, **a AGO será realizada de modo exclusivamente digital e à distância**, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), conforme instruções contidas na presente proposta da administração para a AGO (“**Proposta da Administração**”), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81.

O acionista que porventura enviar Boletim de Voto também poderá, caso queira, cadastrar-se para participar da AGO por meio do sistema eletrônico, desde que a solicitação seja realizada em observância aos procedimentos e aos prazos previstos na presente Proposta da Administração. Nesse caso, se o acionista desejar votar nas matérias da AGO durante a sua respectiva participação por meio do sistema eletrônico, **a Companhia esclarece que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto identificado por meio do número de inscrição de tal acionista no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/MF) ou de pessoa física (CPF/MF), conforme o caso, serão desconsideradas**, nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, inciso II, e do artigo 48, parágrafo 5º, inciso II, ambos da Resolução CVM 81.

Observados os procedimentos previstos no edital de convocação da AGO (“**Edital de Convocação**”) e na Proposta da Administração, para participar e votar na AGO, por meio

do sistema eletrônico, cada acionista deverá acessar o *link* <<https://gicentral.precisao-i.com/m/ago-vibra-energia-2023>>, **até às 14 horas do dia 25 de abril de 2023**, preencher o seu cadastro, seguir as instruções a serem disponibilizadas pelo sistema eletrônico e/ou por e-mail e encaminhar, por meio do sistema eletrônico, todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, incluindo **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; **(ii)** documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados nesta Proposta da Administração; e **(iii)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação por procurador (“**Cadastro**”).

Os instrumentos de mandato, quando aplicável, deverão **(i)** ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que **(a) se pessoa jurídica**: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e **(b) se fundo de investimento**: o acionista por ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e **(ii)** ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. **Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO.**

Após a análise e confirmação de que a documentação apresentada cumpre os requisitos necessários para validar a participação e, conforme o caso, representação do acionista na AGO, o acionista receberá, por e-mail, a confirmação de que seu Cadastro foi devidamente concluído. Caso o acionista não receba tal confirmação, o acionista poderá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail <ri@vibraenergia.com.br>, com até **3 (três) horas de antecedência** do horário da AGO.

O acionista cadastrado poderá participar da AGO por meio do sistema eletrônico com recursos de vídeo e áudio, devendo os senhores acionistas manter as suas respectivas câmeras ligadas durante todo o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada.

Visando à segurança da AGO, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos senhores acionistas da Companhia que realizaram o Cadastro no prazo previsto (isto é, **até às 14 horas do dia 25 de abril de 2023**), nos termos da presente Proposta da Administração. Dessa forma, caso os senhores acionistas não enviem a solicitação de cadastro no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGO.

Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, no âmbito da AGO, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações);
- (iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física;
- (iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de pessoa jurídica; e
- (v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, no caso de fundos de investimento.

A Companhia esclarece que, para a AGO, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de identificação e de representação dos acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução juramentada dos documentos que não tenha sido originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol.

Ainda para fins de participação na AGO por meio de sistema eletrônico, **a Companhia solicita que os senhores acionistas acessem a plataforma com 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de início da AGO.**

Em caso de dúvidas de acesso ou sobre o uso da plataforma digital pelos senhores acionistas que desejarem participar da AGO, a Companhia se coloca à disposição para auxiliá-los, de modo a facilitar ao máximo a participação na AGO, por meio do e-mail e do telefone que serão disponibilizados pela Companhia em conjunto com as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista. No entanto, a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que os senhores acionistas venham a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação dos senhores acionistas na AGO por meio eletrônico, incluindo problemas de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos.

Por fim, a Companhia esclarece que, consoante o previsto no artigo 28, parágrafo 1º, inciso II, da Resolução CVM 81, a AGO será integralmente gravada e, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, o acionista devidamente credenciado que participar

da AGO por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da respectiva ata.

2.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/MF) ou de pessoa física (CPF/MF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos (i) **preferencialmente**, para o endereço de e-mail da Gerência de Relacionamento com Investidores (ri@vibraenergia.com.br), aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores da Companhia; ou (ii) para a sede social da Companhia, situada no Edifício Lubrax, na Rua Correia Vasques, nº 250, 4º andar, Cidade Nova, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20211-140, aos cuidados da Gerência de Relacionamento com Investidores da Companhia, assegurando que a Companhia os receba **até 7 (sete) dias antes da data da AGO** (ou seja, até 20 de abril de 2023):

- (a) via física ou cópia digitalizada no caso do envio por *e-mail*, do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (i) *para pessoas físicas*: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista;
 - (ii) *para pessoas jurídicas*: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto ou contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
 - (iii) *para fundos de investimento*: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim de Voto por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Banco Bradesco S.A., na forma do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br)

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(nos termos do artigo 10, inciso III, da Resolução da CVM nº 81/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os termos “nós”, “nosso”, “Companhia” ou “Vibra”, quando utilizados nesta seção, referem-se ou significam, conforme o caso, à Vibra Energia S.A. e suas controladas, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais da Companhia que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência e outros assuntos estabelecidos no Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das demonstrações financeiras da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas das demonstrações de resultado em relação às receitas de vendas da Companhia em um determinado período, ou de saldos de contas de balanços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total em determinada data.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia revisa regularmente as métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os seus negócios.

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	Em ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Patrimônio Líquido	12.613	12.308

Caixa e equivalentes de caixa	4.145	3.625
Dívida Bruta.....	17.874	13.736
Dívida Financeira Líquida	13.729	10.111
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	1.537	2.497
EBITDA LTM Ajustado	5.263	4.983
Dívida financeira líquida/EBITDA LTM Ajustado	2,61	2,03
Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	2,31	2,42
Índice de Endividamento Total ⁽²⁾	2,26	1,75

(1) Índice de Liquidez Corrente: índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(2) Índice de Endividamento Total: índice representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 o ativo circulante da Companhia foi de R\$22.244 milhões, superior em R\$12.620 milhões em relação ao passivo circulante, que foi de R\$9.624 milhões no mesmo período, representando um índice de liquidez corrente de 2,31. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia foi de R\$17.760 milhões, superior em R\$10.421 milhões ao passivo circulante, que foi de R\$7.339 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,42. Os diretores entendem que esse aumento no índice de liquidez corrente, ocorreu, principalmente, em função do aumento do saldo a pagar de empréstimos e financiamentos no circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 2,26, um aumento de 0,51 se comparado ao índice de endividamento total verificado em 31 de dezembro de 2021, que foi de 1,75. Os diretores entendem que esse aumento é referente, principalmente, ao aumento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$3.548 milhões, fornecedores e financiamento de fornecimento de produtos, no montante de R\$1.295 milhões, instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$756 milhões, credores por aquisição de participações societárias referente aos *earnouts*, no montante de R\$665 milhões e provisão para créditos de descarbonização, no montante de R\$596 milhões.

Com base nas informações acima destacadas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados acima, a Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Mais informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 2.5 abaixo.

(b) estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequado ao cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e à condução de suas operações, considerando sua estratégia de negócios e de crescimento.

Consolidado (Em milhões de reais, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	12.613	12.308
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (Capital de Terceiros)	28.497	21.576
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido).....	41.110	33.884

Capital de Terceiros / Passivo Total	69,3%	63,7%
Patrimônio Líquido / Passivo Total.....	30,7%	36,3%

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$12.613 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$12.308 milhões. Os diretores entendem que esta variação positiva de R\$305 milhões ou 2,5% decorreu, principalmente, em função do lucro líquido do exercício, que totalizou R\$1.537 milhões, parcialmente compensado pela destinação de juros sobre capital próprio, no valor de R\$824 milhões, pela recompra de ações, no valor de R\$234 milhões e pelas perdas atuariais no processo de remensuração do passivo de plano de pensão e saúde, no valor de R\$204 milhões.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, o capital de terceiros era de R\$28.497 milhões, representando um aumento de R\$6.921 milhões se comparado ao capital de terceiros verificado em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$21.576 milhões. Os diretores entendem que essa variação positiva de R\$6.921 milhões ou 66,2% é decorrente, principalmente, do aumento de empréstimos e financiamentos, no valor de R\$3.548 milhões, fornecedores e financiamento de fornecimento de produtos, no valor de R\$1.295 milhões, instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$756 milhões, credores por aquisição de participações societárias referente aos *earnouts*, no valor de R\$665 milhões e provisão para créditos de descarbonização, no valor de R\$596 milhões.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o nível de geração de caixa operacional da Companhia e sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

A Companhia possui registrado no seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (i) R\$ 1.674 milhões na conta de empréstimos e financiamentos circulante; R\$164 milhões na conta de instrumentos financeiros derivativos circulantes; R128 milhões na conta de arrendamentos circulante; e (ii) R\$ 14.883 milhões na conta de empréstimos e financiamentos não circulante; R\$664 milhões na conta de instrumentos financeiros derivativos não circulante; e R\$706 milhões na conta de arrendamentos não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$4.145 milhões na mesma data, a Diretoria acredita que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Adicionalmente, entende-se que a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas nos próximos anos.

A Companhia conta com diversas opções para manter sua capacidade de honrar com suas obrigações, tais como: (i) geração operacional de caixa; e (ii) acesso ao mercado financeiro e mercado de capitais.

Em maio de 2021 e outubro de 2022, a agência de classificação de risco Moody's ratificou os ratings Ba1 e Aaa, respectivamente, para a Companhia (VBBR3), indicando perspectiva estável conforme definido na primeira avaliação realizada pela referida agência em maio de 2021 e outubro de 2022. A avaliação mantém a Companhia um *note* acima do rating dos títulos do governo brasileiro, que é Ba2 reforçando a boa qualidade creditícia da Companhia.

A Diretoria entende que a qualidade de seu portfólio de ativos, resultados e situação patrimonial registrados nos últimos exercícios proporciona plena capacidade de acessar o mercado de crédito assegurando a liquidez necessária para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, relacionadas e adequada à condução de suas operações e atividades de investimento necessárias para o cumprimento de seu plano estratégico.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia realiza investimentos em capital de giro e ativos não circulantes, utilizando a própria geração de caixa operacional e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 2.1(f). Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional é suficiente para que a Companhia satisfaça às suas necessidades de liquidez futura, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

A Companhia capta recursos por meio de operações no mercado financeiro e mercado de capitais, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo. Os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão detalhados no item 2.1(f) abaixo.

Os diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro. O prazo médio da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de 4,2 anos e em 31 de dezembro de 2021 era de 4,4 anos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes através dos saldos de caixa e equivalentes de caixa de sua geração futura de caixa operacional, e de operações de captação de recursos no mercado financeiro e no mercado de capitais, caso seja necessário. As operações de captação são precedidas de avaliações de necessidade de caixa, custo e níveis de alavancagem da Companhia. Para tanto, as modalidades de captação de recursos escolhidas devem estar de acordo com as melhores opções disponíveis no mercado, considerando-se as expectativas de custo, prazo, garantias e demais condições de captação de cada modalidade e sua adequação aos objetivos estratégicos da Companhia.

São consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do *Business Plan* ("BP") para as necessidades de captação de recursos da Companhia e a manutenção da sua capacidade de financiar suas atividades, seja por empréstimos, ou por outros meios. Dentre estes devem ser consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do BP, para as necessidades de captação de recursos da Companhia.

Na contratação de operações de captações têm preferência aquelas que apresentarem o menor custo, levando-se em consideração, inclusive, os riscos embutidos, as expectativas de variação cambial e de taxas de juros, observada a capacidade de performance, o histórico de relacionamento e reciprocidade da instituição com a Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$17.874 milhões, em comparação com R\$13.736 milhões de Dívida Bruta registrados em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$4.138 milhões ou 30,1% decorreu, principalmente, devido a novas captações efetuadas pela Companhia com o objetivo de reforço do capital de giro no valor consolidado de

R\$4.742 milhões. A Dívida Financeira Líquida foi de R\$13.729 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$3.618 milhões ou 35,7% em comparação aos R\$10.111 milhões de Dívida Financeira Líquida registrados em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com 10% da sua Dívida Bruta contabilizada no longo prazo e 90% no curto prazo.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, sendo que para fins deste item, a Companhia considerou como relevantes as operações financeiras com valor principal contratado igual ou superior a R\$200 milhões:

(Valores em R\$ milhões)						
Contrato	Credor	Taxa de Juros	Valor do principal	Saldo em 31 de dezembro de		Vencimento
				2022	2021	
1ª emissão de debêntures	Itaú*	111,57% CDI	3.518	-	-	15/04/2020
	Itaú	CDI + 0,89%	750	771	763	15/04/2025
Contrato de Locação Basul e 1º Aditivo Locação Lubrax (Expansão Lubrax) - (lastro para CRI 73ª Série)	RB Capital	IPCA + 6,84%	350	105	191	17/02/2023
Contrato de Locação – Bapon – (lastro para CRI 99ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,09%	235	137	167	19/02/2025
Contrato de Locação – Bapon e Basul – (lastro para CRI 100ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,98%	277	346	352	18/02/2032
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 9ª Série)	Cibrasec	98% CDI	480	-	493	14/07/2022
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 10ª Série)	Cibrasec	100% CDI	204	215	208	12/07/2024
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 11ª Série)	Cibrasec	IPCA + 5,5914%	278	362	342	14/07/2025
Notas de Crédito à Exportação	Citibank	1,2160 %	1.039	1045	1117	18/02/2025
Notas de Crédito à Exportação	MUFG	2,08% 2,18%	348	252	377	05/03/2025
Loan 4131	JP Morgan	0,91%	324,8	-	349	07/03/2022
Loan 4131	JP Morgan	0,92%	324,8	326	349	06/03/2023
Loan 4131	Scotiabank	2,1866%	1.156	1.167	1249	31/03/2025
Loan 4131 (CCB)	Santander	CDI + 1,67%	1.060	1.120	1094	12/02/2026
Loan 4131	Scotiabank	1,5258%	537	525	561	26/02/2026
Loan 4131	BNP Paribas	2,023%	803	789	844	06/02/2026
Loan 4131	Bank of America	2,27%	399	384	410	12/03/2026
CDCA – Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	Banco do Brasil	CDI + 1,55%	1.200	1.258	1.232	20/08/2029
Escritura de Emissão de Debêntures (lastro para CRA 43ª Série)	Virgo	IPCA + 5,3995%	800	868	814	15/09/2031
Loan 4131	Scotiabank	2,3864%	500	470	502	29/10/2027
4ª Emissão de Debêntures – 1ª Série	Debenturistas	CDI + 1,45%	710	721	713	16/11/2028
4ª Emissão de Debêntures – 2ª Série	Debenturistas	CDI + 1,75%	790	803	795	16/11/2031
Loan 4131	Bank of America	2,85%	404	392	-	18/02/2027
Loan 4131	Scotiabank	2,65%	326	318	-	15/02/2028
Notas de Crédito à Exportação	Banco do Brasil	CDI + 1,65%	482	500	-	16/03/2027
Notas de Crédito à Exportação	Banco do Brasil	117,75% CDI	424	443	-	23/07/2028

Notas de Crédito à Exportação	Banco do Brasil	CDI + 1,65%	550	566	-	04/04/2027
Notas de Crédito à Exportação	Bank of China	4,10%	426	474	-	02/04/2027
Notas de Crédito à Exportação	Citibank	2,94%	387	396	-	12/02/2027
5ª emissão de debêntures – 2ª Série	Debenturistas	CDI + 1,50%	1.500	1.540	-	03/10/2029

Apresentamos a seguir descrição dos contratos financeiros relevantes celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2022:

1ª Emissão de Debêntures – Banco Itaú BBA

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures em série única no valor de R\$3,5 bilhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em abril de 2020, juros semestrais correspondentes a 111,57% do CDI e amortização no vencimento. Os recursos decorrentes da emissão das debêntures foram aplicados na aquisição de álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado de produtores rurais. Por meio de aditamento à escritura de emissão, em 20 de abril de 2020, a Companhia repactuou determinadas condições da referida da emissão, de modo a: (i) alongar o prazo para o pagamento de parcela no montante de R\$750 milhões, que passou a ter seu vencimento em 15 de abril de 2025; (ii) alterar o custo de emissão da referida parcela para CDI acrescido de sobretaxa de 0,89% ao ano; (iii) manter periodicidade de pagamento de juros semestrais nos dias 15 de abril e outubro; e (iv) estabelecer um cronograma de amortização constante, sendo a primeiro pagamento de principal programado para 15 de abril de 2023.

4ª Emissão de Debêntures

Em 16 de novembro de 2021, a Companhia realizou a sua quarta emissão de debêntures em duas séries no valor de R\$1,5 bilhão, sendo a 1ª (primeira) série pelo prazo de 7 anos e 2ª (segunda) série pelo prazo de 10 anos, com vencimento em novembro de 2028 e novembro de 2031 respectivamente. Os pagamentos de juros são anuais e a amortização é nos 2 (dois) últimos anos para a 1ª (primeira) Série e nos 3 (três) últimos anos para a 2ª (segunda) série.

Tipo:	4ª Emissão de Debêntures - 1ª Série
Ano:	2021
Valor:	R\$ 709,5 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,45% ao ano
Prazo:	84 meses (a amortização do principal em duas parcelas nos dois últimos vencimentos dos juros anuais da operação, que terão início a partir de novembro de 2022)
Vencimento:	Novembro de 2028
Saldo:	R\$ 721 milhões em 31 de dezembro de 2022

Tipo:	Emissão de CRA – 10ª Série (Cibrasec)
Ano:	2021
Valor:	R\$ 790,5 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,75% ao ano
Prazo:	120 meses (a amortização do principal em três parcelas nos últimos vencimentos dos juros anuais da operação, que terão início a partir de novembro de 2022)
Vencimento:	Novembro de 2031
Saldo:	R\$ 803 milhões em 31 de dezembro de 2022

5ª Emissão de Debêntures

Em 3 de outubro de 2022, a Companhia realizou a sua quinta emissão de debêntures em série única no valor de R\$1,5 bilhão, pelo prazo de 7 anos, com vencimento em outubro de 2029. Os pagamentos de juros são semestrais e a amortização é nos 2 últimos anos.

Tipo:	5ª Emissão de Debêntures
Ano:	2022
Valor:	R\$ 1.500 milhões
Custo:	100% do CDI + 1,50% ao ano
Prazo:	84 meses (a amortização do principal em duas parcelas nos dois últimos anos e a periodicidade dos pagamentos dos juros será semestral, tendo início a partir de abril de 2023)
Vencimento:	Outubro de 2029
Saldo:	R\$1.540 milhões em 31 de dezembro de 2022

FII FCM / RB Capital - Certificados de Recebíveis Imobiliários

A Companhia possui compromissos financeiros com a RB Capital Companhia de Securitização S.A. (“**RB Capital**”) em função da cessão dos direitos creditórios dos contratos de locação celebrados entre a Companhia e o Fundo de Investimento Imobiliário FCM (“**FII FCM**”) no fluxo da operação de captação de recursos para os projetos de construção e/ou ampliação da Fábrica de Lubrificantes (“**Lubrax**”), Base de Cruzeiro do Sul (“**Basul**”) e Base de Porto Nacional (“**Bapon**”), os quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários pela RB Capital.

Tipo:	Contratos de Locação Basul e Primeiro Aditivo Contrato de Locação Lubrax (Expansão Lubrax) (lastro para CRI 73ª Série)
Ano:	2011
Valor:	R\$350 milhões
Custo:	IPCA + 6,84% ao ano
Prazo:	138 meses (amortização do principal e dos juros em dez parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2023
Saldo:	R\$105 milhões em 31 de dezembro de 2022

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon (lastro para CRI 99ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R\$235,5 milhões
Custo:	IPCA + 4,09% ao ano
Prazo:	155 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2025
Saldo:	R\$137 milhões em 31 de dezembro de 2022

Tipo:	Contrato de Locação – Bapon e Basum (lastro para CRI 100ª Série)
Ano:	2012

Valor:	R\$276,6 milhões
Custo:	IPCA + 4,98% ao ano
Prazo:	240 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fevereiro de 2032
Saldo:	R\$346 milhões em 31 de dezembro de 2022

Certificados de Recebíveis do Agronegócio

A Companhia possui compromissos financeiros com a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (“**CIBRASEC**”) em função da cessão dos direitos creditórios do agronegócio representados por 961.773 debêntures da segunda emissão da Companhia, as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”), pela CIBRASEC.

Tipo:	Emissão de CRA – 10ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R\$203,8 milhões
Custo:	100% do CDI ao ano
Prazo:	72 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em doze parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2019)
Vencimento:	Julho de 2024
Saldo:	R\$215 milhões em 31 de dezembro de 2022

Tipo:	Emissão de CRA – 11ª Série (Cibrasec)
Ano:	2018
Valor:	R\$277,7 milhões
Custo:	IPCA + 5,5914% ao ano
Prazo:	84 meses (amortização do principal em uma parcela única no vencimento e pagamento dos juros em sete parcelas anuais, a partir de julho de 2019)
Vencimento:	Julho de 2025
Saldo:	R\$362 milhões em 31 de dezembro de 2022

Em 13 de setembro de 2021 a Companhia fez a 3ª emissão de Debêntures para servir como lastro para uma operação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”). Nesse sentido, a Companhia possui compromissos financeiros com a VIRGO Companhia de Securitização (“**VIRGO**”) em função da cessão dos direitos creditórios do agronegócio representados por 800.000 debêntures da terceira emissão da Companhia, as quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“**CRA**”), pela VIRGO.

Tipo:	Emissão de CRA – 43ª Série (VIRGO)
Ano:	2021
Valor:	R\$ 800 milhões
Custo:	IPCA + 5,3995%

Prazo:	3.652 dias (10 anos). A amortização do principal será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas nos 3 (três) últimos anos, conforme as datas previstas no Termo de Securitização. O pagamento dos juros será em parcelas anuais, a partir de setembro de 2022.
Vencimento:	Setembro de 2031
Saldo:	R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2022

Notas de Crédito à Exportação

Citibank

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 200 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 1,2160% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$869 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,79% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de cinco pagamentos semestrais a partir de 2023 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 75 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,9440% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$387 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 1,50% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

MUFG

Em 2 de março de 2020, a Companhia celebrou uma NCE no valor de US\$67 milhões, pelo prazo de cinco anos, com vencimento em 5 de março de 2023. A operação foi estruturada com step-up de taxa, de forma que entre março de 2020 e março de 2021 incidem juros de 2,08% ao ano e entre março de 2021 e março de 2025 os juros prefixados serão de 2,18% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$301 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 0,69% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em parcelas iguais semestralmente a partir 2 de março de 2022 até a data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente sendo o primeiro pagamento realizado em 2 de setembro de 2020.

Banco do Brasil

Em 21 de março de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$482 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,65% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 13 de abril de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$550 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,65% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 26 de agosto de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de R\$424 milhões, pelo prazo de seis anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a 117,75% do CDI. A amortização do principal ocorrerá através de dois pagamentos nos últimos dois anos e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Bank of China

Em 04 de abril de 2022, a Companhia celebrou a NCE no valor de US\$ 90 milhões, pelo prazo de cinco anos. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 4,10% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o banco JP Morgan, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$431 milhões (notional), pelo mesmo prazo da NCE. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescido de 1,3185% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único na data de vencimento da NCE e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Os recursos decorrentes das operações de NCEs citadas acima foram aplicados na produção de bens ou serviços a serem exportados, ou em atividade de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Adicionalmente, a Companhia informa que todas as operações supramencionadas gozam da isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”), conforme previsto na Lei nº 6.313/1975.

Contratos Loan 4.131

JP Morgan

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$62,5 milhões, pelo prazo de dois anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 0,91% ao ano. Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Letter Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$62,5 milhões, pelo prazo de três anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 0,92% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou dois contratos de *swap* com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$281 milhões (notional) cada um, pelo mesmo prazo dos empréstimos. Sobre o valor nominal unitário dos *swaps* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,64% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

ScotiaBank

Em 18 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$222,5 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,19% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$1.000 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 0,78% ao ano. Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$100 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 1,53% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$537,5 milhões

(notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,55% ao ano. Em 27 de outubro de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/1962, no valor de US\$ 90 milhões, com prazo de seis anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,3864% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$500 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,52% ao ano. As amortizações de principais ocorrerá através de pagamentos únicos, nas datas de vencimento das operações e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/1962, no valor de US\$ 60 milhões, com prazo de seis anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 3,12% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$326 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,65% ao ano. As amortizações de principais ocorrerá através de pagamentos únicos, nas datas de vencimento das operações e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Santander

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com base na Lei nº 4.131/62, no valor de R\$ 1.060 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,67% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

BNP Paribas

Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou um *Loan Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$150 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,023% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$803 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,69% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

Bank of America

Em 2 de março de 2021, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$73,4 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,27% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$399,5 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,67% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um *Credit Agreement* (empréstimo externo) com base na Lei nº 4.131/62, no valor de US\$75 milhões, com prazo de cinco anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios prefixados correspondentes a 2,85% ao ano. Para mitigar o risco de exposição cambial, a Companhia celebrou um contrato de *swap* com o próprio banco, com o objetivo de substituir o fluxo em dólares por um fluxo em reais no valor de R\$404,6 milhões (notional), pelo mesmo prazo do empréstimo. Sobre o valor nominal unitário do *swap* incidem juros remuneratórios correspondentes a CDI acrescidos de 1,64% ao ano. A amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento da operação e os juros remuneratórios são pagos trimestralmente.

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

Banco do Brasil

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, no valor de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 8 (oito) anos. Sobre os valores nominais unitários incidem juros remuneratórios pós fixados correspondentes a 100% da taxa DI + 1,55% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em duas prestações vencíveis em 20/08/2028 e em 20/08/2029, de valores correspondentes ao resultado da divisão do saldo e os juros remuneratórios da operação são pagos semestralmente.

A Companhia informa que nos últimos anos foi verificada uma melhora no perfil de sua dívida bancária, que passou de um custo médio de 4,8% ao ano e um termo médio de 2,3 anos em 31 de dezembro de 2020 para um custo médio de 10,1% ao ano e um termo médio de 4,4 anos. O aumento do custo médio se deu principalmente em função das recentes altas da taxa Selic promovidas pelo Banco Central, já que a Cia. possui a maior parte de suas dívidas indexadas a variação da taxa DI.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. A Companhia possui contratos de serviços de cobrança de longa data com o Banco do Brasil, Santander e Bradesco, possui contratos de fianças bancárias (garantia em processos judiciais) por prazo indeterminado com os Bancos Itaú, Bannisul, Bradesco, Safra e Santander e Contratos Globais de Derivativos (CGD) com Bradesco, Citibank, BNP Paribas, Deutsche Bank, Votorantim, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, BMG, entre outros.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia existentes nos últimos três exercícios sociais, possuíam cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros firmados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias possuem algumas restrições impostas pelos credores, observado o previsto abaixo:

- *limites de endividamento, contratação de novas dívidas e emissão de novos valores mobiliários*: nenhum dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia conta com a apuração de *covenant* financeiro limitando a capacidade de endividamento da Companhia seja por instrumentos bilaterais ou por operações realizadas em mercado;
- *distribuição de dividendos*: alguns contratos possuem restrição para pagamento de dividendos, aplicável apenas caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações;
- *alienação de controle societário*: alguns contratos possuem a restrição de reorganização societária e alteração do controle societário da emissora sem o consentimento prévio do respectivo credor; e
- *alienação de ativos*: alguns contratos restringem a alienação por parte da Companhia a partir dos seguintes limites: (i) maior do que um bilhão de reais; (ii) maior do que 15% do ativo total; ou (iii) maior do que 15% do ativo imobilizado.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas restritivas estabelecidas em seus instrumentos financeiros, não tendo havido descumprimento nos três últimos exercícios sociais.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia informa que, na presente data, não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou contrato de projetos de longo prazo cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Principais linhas das demonstrações de resultado da Companhia:

- **Receita de Vendas**: significa a receita operacional líquida da Companhia e é proveniente principalmente da venda de combustíveis e de lubrificantes, cujos produtos mais relevantes são: diesel, gasolina, querosene de aviação (JET-A1), óleo combustível e etanol, deduzidos principalmente dos encargos incidentes sobre as vendas, devoluções, prêmios e descontos, bonificações e antecipações de recebíveis. Os produtos e serviços que a Companhia vende são precificados considerando uma série de variáveis, incluindo, principalmente, os custos de aquisição de produtos ou serviços, encargos sobre as vendas e a margem. Os encargos sobre as vendas consistem em ICMS, ISS, PIS e COFINS incidentes sobre os produtos e serviços comercializados pela Companhia. As bonificações consistem de valores pagos, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes e são atreladas a metas de volumes de vendas de

combustíveis e de lubrificantes previamente acordadas. As devoluções consistem, principalmente, de produtos fora de especificação devolvidos pelos clientes da Companhia e os prêmios e descontos consistem, principalmente, de bônus concedidos a clientes do segmento operacional Rede de Postos e do B2B em vendas *spot*.

- **Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:** representa, principalmente, o custo (i) dos produtos adquiridos dos fornecedores da Companhia (preponderantemente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”)) e para a (ii) produção de lubrificantes, bem como demais gastos necessários para colocação de tais produtos à venda.
- **Despesas Operacionais:** compreendem os seguintes grupos:
 - **Vendas:** representa as despesas com as áreas comerciais e de operações da Companhia, e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), fretes de entrega, perdas de crédito esperadas, perdas com títulos incobráveis (por exemplo, os casos em que se esgotaram as possibilidades de cobrança), serviços contratados (i.e. expedição e armazenagem, serviços operacionais em aeroportos, conservação de equipamentos, entre outros), despesas gerais, depreciação e amortização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e aluguéis, principalmente de terrenos;
 - **Gerais e administrativas:** representa, principalmente, as despesas com as áreas administrativas da Companhia e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc.), serviços contratados (i.e. processamento de dados, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS, conservação de imóveis), despesas gerais, depreciação e amortização;
 - **Tributárias:** representa, principalmente, os gastos com IPTU, IOF, PIS e COFINS sobre outras receitas e programas de anistias para quitação de dívidas tributárias, principalmente de ICMS; e
 - **Outras receitas (despesas), líquidas:** representada, principalmente, pelo resultado das perdas e provisões com processos judiciais, despesas com planos de pensão e saúde inativos, receita com arrendamentos operacionais (i.e. aluguéis recebidos dos revendedores de postos de serviço por locação ou sub-locação), despesas com plano de incentivo ao desligamento voluntário – PIDV, despesas com relações institucionais e projetos culturais, receita com royalties da nossa rede de franquias BR Mania e Lubrax+, despesas com marketing, receita de armazenagem Conjunta decorrente da cessão de espaço das bases para armazenamento de produtos a terceiros e do resultado das operações de *hedge* e *commodities*.
- **Resultado Financeiro (Receitas e Despesas Financeiras, e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas):** inclui, principalmente as despesas com empréstimos e financiamentos, com juros por atraso de clientes, receitas decorrentes dos financiamentos que concedemos a determinados revendedores de postos de serviço para investimentos nos seus respectivos postos, variações monetárias ativas e passivas (i.e. atualizações por SELIC, IPCA, entre outros) e variações cambiais, geradas, principalmente, por operações de vendas no exterior e saldos bancários em moeda estrangeira, bem como o resultado dos derivativos financeiros de moeda.
- **Imposto de renda e contribuição social:** inclui as despesas com os tributos correntes e diferidos sobre o lucro da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio

As informações contábeis por segmento operacional da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados por critérios de rateio pré-estabelecidos.

Considerando os novos desafios da Vibra, em um contexto constante de ampliação e revisão do seu portfólio de negócios, bem como a sinergia com a estrutura comercial atual, a Diretoria Executiva passou a acompanhar internamente os resultados de seus negócios a partir do terceiro trimestre de 2022 incluindo o segmento “lubrificantes”. Com isto, e para fins de comparabilidade, fez-se necessário a segregação dessas informações por segmentos para o exercício de 2021.

Nesta modificação, a Diretoria Executiva também passará a acompanhar internamente e reportar o desempenho do segmento “renováveis”, este sem informações retroativas pelo fato de os negócios nele incluídos terem sido adquiridos pela Companhia em 2022.

I Rede de Postos

Consiste na comercialização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular e biocombustíveis, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável. Os preços praticados para o segmento Rede de Postos são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

II B2B

Consiste na comercialização de combustíveis líquidos, arla 32 e prestação de serviços associados aos clientes do mercado consumidor. No negócio de produtos químicos, atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de energia, distribuímos o coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional e desenvolvemos projetos para comercialização de energia elétrica, bem como projetos de distribuição de energia. Os preços praticados pela Companhia no segmento “B2B” são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

III Mercado de Aviação

Consiste na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação e prestação de serviços para aviação em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar e aviação executiva que operam no setor de transporte aéreo doméstico e para o exterior. Os preços praticados pela Companhia no segmento Produtos de Aviação são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia, que varia de acordo com os preços do mercado internacional e pela taxa de câmbio. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

IV Lubrificantes

Consiste na comercialização diversos produtos do gênero para os segmentos automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, entre outros.

V Renováveis

Composto por empresas que possuem em seu portfólio, fontes de energia renováveis, tais como: energia solar, eólica, da biomassa e etanol, que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis.

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2021

Dados consolidados em R\$ (milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
Receita de vendas	181.446	100,0	130.121	100,0	39,4
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(173.957)	(95,9)	(123.270)	(94,7)	41,1
Lucro bruto	7.489	4,1	6.851	5,3	9,3
Despesas operacionais					
Vendas	(2.646)	(1,5)	(2.374)	(1,8)	11,5
Perda de crédito esperadas	8	0,0	(289)	(0,2)	(102,8)
Gerais e administrativas	(743)	(0,4)	(634)	(0,5)	17,2
Tributárias	(100)	(0,1)	(345)	(0,3)	(71,0)
Outras receitas (despesas), líquidas	(43)	(0,0)	(715)	(0,5)	(94,0)
	(3.524)	(1,9)	(4.357)	(3,3)	(19,1)
Lucro antes do resultando financeiro, participação e impostos	3.965	2,2	2.494	1,9	59,0
Financeiras					
Despesas	(1.327)	(0,7)	(530)	(0,4)	150,4
Receitas	697	0,4	1.643	1,3	(57,6)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.401)	(0,8)	(545)	(0,4)	157,1
	(2.031)	(1,1)	568	0,4	(457,6)
Resultado de participações em investimentos	(4)	(0,0)	112	0,1	(103,6)
Lucro antes dos impostos	1.930	(1,1)	3.174	2,4	(39,2)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida	(393)	(0,2)	(677)	(0,5)	(41,9)
Lucro líquido do período	1.537	0,8	2.497	1,9	(38,4)

Receita de vendas

A receita de vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$181.446 milhões, representando um aumento de R\$51.325 milhões ou 39,4% em relação à receita de vendas de R\$130.121 milhões registrada no exercício social em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que esta variação decorre, principalmente, do aumento de 39,2% nos preços médios de realização (receita dividida pelo volume vendido), associado ao aumento de 0,2% no volume dos produtos vendidos pela companhia (de 38.493 mil m³ em 2021 para 38.553 mil m³ em 2022).

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R\$ milhões		Variação		Volume mil m ³		Variação	
	dez/22	dez/21	R\$	%	dez/22	dez/21	Mil m ³	%
Diesel	95.035	60.693	34.342	56,6	17.843	17.373	470	2,7
Gasolinas	45.063	36.842	8.221	22,3	10.849	9.857	992	10,1
JET – A1 (querosene de aviação)	21.450	9.557	11.893	124,4	4.107	3.026	1.081	35,7
Óleo Combustível	6.109	9.579	(3.470)	(36,2)	1.623	3.340	(1.717)	(51,4)
Etanol	8.915	8.811	104	1,2	2.810	2.909	(99)	(3,4)
Lubrificantes	2.923	2.623	300	11,4	257	266	(9)	(3,4)
Gás Natural e GNV	654	524	130	24,8	206	225	(19)	(8,4)
Coque	858	843	15	1,8	506	1.033	(527)	(51,0)
Outros	2.479	2.362	117	5,0	352	464	(112)	(24,1)
Energia	19	17	2	11,8	-	-	-	N/A
Prestação de Serviços	62	36	26	72,2	-	-	-	N/A
Bonificações	(1.142)	(1.237)	95	(7,7)	-	-	-	N/A
Prêmio e Descontos	(502)	(336)	(166)	49,4	-	-	-	N/A
Antecipação de Recebíveis	(477)	(193)	(284)	147,2	-	-	-	N/A
Total	181.446	130.121	51.325	39,4	38.553	38.493	60	0,2

De acordo com a tabela acima, aproximadamente 97% e 96% da receita de vendas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente é representada pela comercialização de: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e querosene de aviação (JET-A1).

Receita de Vendas por Segmento

Para divulgação da Receita de Vendas por Segmento, a Companhia utiliza valores ajustados pela apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. Para divulgação do Custo de Produtos Vendidos e Serviços Prestados, a Companhia utiliza valores ajustados pela depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes de impactos provenientes de remensuração do passivo atuarial (ex: novo modelo de plano de saúde e migração para o plano de pensão - Flexprev).

Rede de Postos

Rede de Postos	dez/2022	dez/2021	AH	AH%
Volume (em milhares de m ³)	23.776	22.510	1.226	5,6
Receita de Vendas (em milhões de reais)	105.512	78.771	26.741	33,9
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(101.787)	(74.965)	(26.822)	35,8
Lucro Bruto	3.725	3.806	(81)	(2,1)

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos aumentou 33,9%, passando a R\$105.512 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$78.771 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é explicado em função do aumento de 26,8% nos preços médios de realização dos produtos da Rede de Postos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento de 28,5% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associado ao aumento de 5,6% no volume dos produtos vendidos.

O aumento de 5,6% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente ao crescimento de 7,1% nas vendas do ciclo Otto (composto pelas vendas de gasolina, etanol e gás natural veicular) e de 4,0% de diesel, com avanço, pela Vibra, na participação de mercado em ambos.

B2B

B2B	dez/2022	dez/2021	AH	AH%
Volume (em milhares de m ³)	10.405	12.664	(2.259)	(17,8)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	52.040	39.816	12.224	30,7
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(49.344)	(37.188)	(12.156)	32,7
Lucro Bruto	2.696	2.628	68	2,6

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional B2B aumentou 30,7%, passando a R\$52.040 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$39.816 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é explicado em função do aumento de 59,1% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento de 61,5% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), parcialmente compensado pela redução de 17,8% no volume dos produtos vendidos.

A redução de 17,8% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente à redução de 51% das vendas de óleo combustível e de coque. No que tange ao óleo combustível, a variação

volumétrica deve-se ao maior acionamento de usinas termoeletricas em 2021. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ordena o fornecimento de energia pelas usinas termoeletricas movidas a combustíveis líquidos somente quando a energia gerada pelas demais fontes produtoras (hidroeletricas, termoeletricas a gás natural, solares e eólicas) não é suficiente para atender a demanda do sistema elétrico nacional.

Mercado de Aviação

Mercado de Aviação				
	dez/2022	dez/2021	AH	AH%
Volume (em milhares de m ³)	4.115	3.053	1.062	34,8
Receita de Vendas (em milhões de reais)	21.580	9.683	11.897	122,9
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(20.206)	(8.810)	(11.396)	129,4
Lucro Bruto	1.374	873	501	57,4

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Mercado de Aviação aumentou em 122,9%, passando a R\$21.580 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$9.683 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores entendem que este aumento no segmento operacional do Mercado de Aviação é explicada, principalmente, em função do aumento de 65,3% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento de 70,2% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), associado ao aumento de 34,8% no volume dos produtos vendidos.

O aumento de 34,8% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente à recuperação parcial do mercado de aviação após a pandemia da COVID-19, além do avanço na participação (*market share*) no segmento.

Lubrificantes

Mercado de Lubrificantes				
	dez/2022	dez/2021	AH	AH%
Volume (em milhares de m ³)	257	266	(9)	(3,4)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	2.965	2.656	309	11,6
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(2.606)	(2.298)	(308)	13,4
Lucro Bruto	359	358	1	0,3

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional de Lubrificantes aumentou 11,6%, passando a R\$2.965 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$2.656 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que este aumento é explicado em função do aumento de 15,5% nos preços médios de realização dos produtos do B2B (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento de 17,4% nos custos médios de aquisição dos produtos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas), parcialmente compensado pela redução de 3,4% no volume dos produtos vendidos.

A redução de 3,4% no volume dos produtos vendidos é atribuível especialmente à retração de 5,5% no mercado de lubrificantes no ano de 2022, comparado ao mesmo período do ano anterior, havendo, na verdade, um incremento na participação de mercado.

Renováveis

Mercado de Renováveis				
	dez/2022	dez/2021	AH	AH%
Receita de Vendas (em milhões de reais)	3.082	-	3.082	NA
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(2.885)	-	(2.885)	NA
Lucro Bruto	197	-	197	NA

O segmento “renováveis” apresenta a consolidação proporcional (*pro forma*) da participação da Companhia em cada investida, quais sejam: Comerc (48,7%), Evolua (49,9%) e Zeg biogás (50,0%). Essas novas verticais de investimentos são oriundas da estratégia da Companhia de fortalecer seu portfólio, fazendo frente à transição energética já em curso no Brasil e no mundo, cenário em que a Companhia busca se tornar uma plataforma multienergia com o objetivo de suprir os seus clientes com a energia necessária para seus negócios.

Essas investidas estão em fase de execução de seus projetos de investimento, conferindo à Companhia uma característica ímpar de empresa geradora de caixa, mas com fortes vetores de crescimento. O negócio de distribuição atual, embora maduro, apresenta ainda, um importante *ramp up* de volumes e margens no curto e médio prazos, sendo eles responsáveis por mais de 80% da geração de caixa da Companhia nos próximos anos. No entanto, à medida que esses novos vetores de crescimento forem sendo entregues deverão ter cada vez mais participação na geração de resultados para a Companhia, mantendo-a em posição de destaque nos mercados em que atua.

Custo dos produtos vendidos e serviço prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R\$173.957 milhões, representando um aumento de 41,1% em relação aos R\$123.270 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo a 95,9% e 94,7% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do aumento de 40,9% no custo médio de aquisição dos produtos (custo dos produtos vendidos divididos pelo volume vendido), associado ao aumento de 0,2% no volume dos produtos vendidos.

Lucro bruto

Em razão dos fatores acima indicados, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o lucro bruto da Companhia totalizou R\$7.489 milhões, representando um aumento de 9,3% em relação aos R\$6.851 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo a 4,1% e 5,3% da receita de vendas da Companhia nos referidos períodos, respectivamente. Os diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em razão do aumento de 9,1% na margem média de comercialização (lucro bruto dividido pelo volume vendido), associado ao aumento de 0,2% no volume dos produtos vendidos.

Despesas operacionais

(a) Vendas

As despesas com vendas somaram R\$2.646 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$2.374 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 11,5% ou R\$272 milhões, e corresponderam a 1,5% e 1,8% respectivamente, da receita de vendas da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento de R\$220 milhões em serviços de terceiros, fretes e aluguéis.

(b) Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas somaram R\$8 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$289 milhões em despesas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$297 milhões ou 102,8%. Os diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, principalmente, pelos seguintes impactos ocorridos em 2021, a saber: (i) ingresso em recuperação judicial do cliente Samarco Mineração no valor de R\$159 milhões, e (ii) do provisionamento, de R\$106 milhões, referente ao empréstimo concedido pela Companhia à Stratura Asfaltos.

(c) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$743 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$634 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 17,2% ou R\$109 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento, ocorreu principalmente, pelo pelos seguintes eventos: (i) serviços de terceiros e aluguéis: aumento de R\$60 milhões e (ii) pessoal: aumento de R\$50 milhões.

(d) Tributárias

As despesas tributárias somaram R\$100 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$345 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 71,0% ou R\$245 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela adesão, em 2021, ao Programa Especial de Recuperação de Crédito - PERC do Estado de Pernambuco (R\$ 187 milhões), aos programas de anistias fiscais junto aos Estados do Rio de Janeiro (R\$27 milhões), Santa Catarina (R\$15 milhões), Goiás (R\$14 milhões) e do Amazonas (R\$12 milhões).

(e) Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as outras receitas (despesas), líquidas somaram R\$43 milhões em despesas líquidas em comparação com as despesas líquidas de R\$715 milhões apuradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, uma variação positiva de R\$672 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

- (i) (-) Provisão crédito de descarbonização: aumento de R\$810 milhões, em função da maior necessidade de aquisição de CBIOS no período, consequência das metas definidas pela ANP para a Companhia em 2022, associado ao maior valor de comercialização desses certificados no mercado;
- (ii) (+) Perdas e provisões com processos judiciais: variação positiva de R\$745 milhões em função, principalmente, do acordo de renegociação de dívidas (ARD) celebrado em 2021 entre VIBRA, CEA e o Estado do Amapá onde a Vibra cede parte dos direitos creditórios ao Estado em montante equivalente à remissão da totalidade do crédito tributário decorrente do não recolhimento dos valores de ICMS, objeto de execução fiscal (R\$716

milhões). Em 2022, destacam-se os pagamentos de acordos firmados em processos cíveis movidos por Carrefour (R\$70 milhões) e Vale Investe (R\$33 milhões);

- (iii) (+) Créditos de PIS/COFINS: reconhecimento de R\$672 milhões de créditos sobre despesas operacionais essenciais, discussão que, em função de novos eventos ocorridos em 2022, tem tido desfecho favorável aos contribuintes em esfera administrativa, dispensando, portanto, o ajuizamento de ações para obtenção do direito ao creditamento;
- (iv) (-) Resultado do *hedge* de *commodities*: variação negativa de R\$579 milhões decorrente da perda apurada na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados (R\$524 milhões) e da perda na variação da proteção do estoque da Vibra contra a variação do preço dos produtos no mercado nacional (R\$ 55 milhões);
- (v) (+) Resultado com alienação/baixa - participações societárias: variação positiva de R\$513 milhões em função, principalmente, do ganho proveniente do processo de constituição da Vem Conveniência - joint venture com as Lojas Americanas (R\$447 milhões) e da transferência da participação na Vibra Comercializadora de Energia à Comerc Participações S.A. (R\$58 milhões) como pagamento parcial para aquisição de ações da Comerc, parcialmente compensado pelo resultado da alienação, em 2021, da totalidade da participação acionária nas empresas Pecém Energia e Energética Camaçari Muricy II à CH4 Energia Ltda (R\$46 milhões) e perda na venda da Brasil Carbonos (R\$55 milhões);
- (vi) (+) Resultado com alienação/baixa de ativos: variação positiva de R\$396 milhões em relação a 2021 em função, principalmente, da venda de imóveis;
- (vii) (-) Créditos de ICMS - Fim da definitividade: redução na receita de R\$220 milhões em relação a 2021 em função, principalmente, dos menores ressarcimentos extemporâneos de ICMS ST referente aos créditos originados do fim da definitividade da substituição tributária, no que se refere à cobrança de complemento ou à geração de ressarcimento do ICMS nas vendas de óleo diesel e gasolina aos grandes consumidores, bem como de querosene de aviação às empresas aéreas;
- (viii) (-) Plano de Pensão e Saúde inativos: aumento de R\$209 milhões decorrente, principalmente, do impacto positivo no resultado de 2021, resultante da aplicação das novas regras de coparticipação e uma nova tabela de contribuição para manutenção do equilíbrio atuarial do plano de saúde, associado ao impacto do compromisso assumido pela Vibra junto à Petros relacionado à migração dos participantes do PPSP e PP2 para o Flexprev; e
- (ix) (+) Recuperação com crédito fiscal presumido – ICMS: variação positiva de R\$ 150 milhões devido, principalmente, ao benefício concedido pela União (Emenda Constitucional 123/22), através de repasse aos Estados, da outorga de créditos tributários de ICMS à produtores e distribuidores de etanol hidratado, com destaque para os benefícios recebidos dos Estados de São Paulo (R\$92 milhões) e Ceará (R\$12 milhões), associado a maiores créditos presumidos concedidos pelos Estados, através de crédito no Livro Fiscal, com destaque para os Estados do Mato Grosso do Sul (R\$17 milhões), Amazonas (R\$16 milhões) e Amapá (R\$9 milhões).

Resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve despesa financeira líquida de R\$2.031 milhões, ante uma receita financeira líquida de R\$568 milhões apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação negativa de

R\$2.599 milhões. Os diretores da Companhia entendem que a variação decorre, principalmente, dos seguintes eventos:

- (i) (-) Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo: variação negativa de R\$1.544 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) variação negativa de R\$1.587 milhões, nas operações de swap relacionadas aos empréstimos no exterior; e (ii) variação positiva de R\$43 milhões, nas operações de hedge cambial;
- (ii) (-) Recuperação de créditos - valor justo: redução de R\$1.224 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos ocorridos em 2021: (i) renegociação da dívida com o cliente Cia de Eletricidade do Amapá - CEA (R\$1.086 milhões); e (ii) da cessão de recebíveis do cliente Samarco para o Bank of America (R\$113 milhões);
- (iii) (-) Despesas Financeiras – Empréstimos e Financiamentos: aumento de R\$739 milhões, em função, principalmente, do aumento do CDI e da dívida bruta em 2022;
- (iv) (+) Variação Cambial Empréstimos e Financiamentos - variação positiva de R\$666 milhões; e
- (v) (+) Receitas Financeiras – Aplicações Financeiras – variação positiva de R\$169 milhões, em função, principalmente, do aumento do CDI em 2022.

Resultado de participações em investimentos

O resultado de participações em investimentos apresentou uma variação negativa de R\$116 milhões, de um resultado positivo de R\$112 milhões em 2021 para um resultado negativo de R\$4 milhões em 2022, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) variação negativa do resultado de equivalência da Vibra Comercializadora de Energia no montante de R\$90 milhões, cujos resultados foram reconhecidos por equivalência patrimonial por apenas três meses em 2022, em função do aporte total desta participação na Comerc Participações S.A. (“Comerc”) em março de 2022; (ii) resultado negativo da Comerc, associado à amortização do ágio (R\$47 milhões), parcialmente compensado pela variação positiva no resultado da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás) (R\$12 milhões).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferida apresentaram redução de R\$284 milhões, tendo sido registrada uma despesa de R\$393 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra uma despesa de R\$677 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores entendem que essa variação decorreu, principalmente, do menor lucro antes dos impostos apurados no exercício de 2022.

Lucro líquido

Em função do anteriormente exposto, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.537 milhões, representando um decréscimo de R\$960 milhões se comparado ao lucro líquido de R\$2.497 milhões apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
------------------	---

	2022	2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.263	2.276
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(2.011)	(2.415)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	1.240	406
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	520	267

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.263 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 que, quando comparado ao caixa líquido gerado de R\$2.276 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 representou uma redução de R\$1.013 milhões. Os diretores da Companhia entendem que essa redução do fluxo de caixa operacional é atribuível, principalmente, por maior desembolso para aquisição de crédito de descarbonização – CBIOS (R\$584 milhões), pagamento de imposto de renda e contribuição social (R\$477 milhões) e pela maior necessidade de caixa para liquidação de instrumentos financeiros derivativos (R\$408 milhões).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$2.011 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma redução de R\$404 milhões se comparado ao caixa líquido utilizado de R\$2.415 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que essa redução na utilização nas atividades de investimentos ocorreu, principalmente, em função da redução nos investimentos em títulos e valores mobiliários no montante de R\$1.998 milhões, em virtude da aquisição, em 2021, das debêntures conversíveis em ações da Comerc Participações S.A; de maiores recebimentos pela venda de ativos no montante de R\$176 milhões; parcialmente compensados por maiores desembolsos para aquisição de participações societárias e imobilizados/intangíveis no montante de R\$1.641 milhões e R\$143 milhões, respectivamente.

Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos foi de R\$1.240 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$834 milhões quando comparado ao caixa líquido gerado de R\$406 milhões verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento nas atividades de financiamentos ocorreu, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) menor pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$2.271 milhões; (ii) menor amortização de principal e juros de financiamentos e arrendamentos no montante de R\$366 milhões; (iii) menor desembolso para recompra de ações no montante de R\$682 milhões; parcialmente compensados pelos seguintes eventos: (iv) menor captação no montante de R\$2.019 milhões; e (v) maior desembolso, líquido dos recebimentos relacionados a contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos no montante de R\$466 milhões.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos operacionais: (i) “Rede de Postos”; (ii) “B2B”; e (iii) “Mercado de Aviação”, conforme abaixo detalhado:

- (i) **Rede de Postos.** O segmento operacional “Rede de Postos” é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol, Gás Natural Veicular (GNV) e lubrificantes, e ofertar as franquias “BR Mania” e “Lubrax + Serviços Automotivos”, para postos revendedores;
- (ii) **B2B.** O segmento operacional “B2B” atende cerca de 7 mil clientes, assim considerados em termos de volume de produtos adquiridos, e engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dos quais se destacam: siderurgia, mineração, papel e celulose, cimento, transporte, termelétricas, agronegócio, distribuição de produtos químicos, comercialização de coque verde de petróleo, prestação de serviços relacionados à eficiência energética e transportador revendedor retalhista de combustível; e
- (iii) **Mercado de Aviação.** A Companhia atua na distribuição e comercialização de gasolina e querosene de aviação, lubrificantes e serviços relacionados para clientes dos setores de aviação comercial, executiva e militar. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava presente em 90 unidades distribuídas por todas as regiões do país e possuímos uma carteira de mais de 2.500 clientes ativos.
- (iv) **Lubrificantes:** A Companhia atua na comercialização de produtos e serviços no mercado brasileiro para os segmentos automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, entre outros. Destaca-se, ainda, a franquia de serviços automotivos Lubrax+, a maior do país no segmento.
- (v) **Renováveis:** Composto por empresas que possuem, em seus portfólios, fontes de energia renováveis, tais como: energia solar, eólica, biomassa e etanol, que ocasionam menores impactos negativos ao meio ambiente e são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis. Segmento alinhado à transição energética, já em curso no Brasil, e relevante para a Companhia tornar-se uma plataforma multienergia.

Para mais informações sobre os segmentos e subsegmentos operacionais da Companhia, veja o item 7.2 do Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia incorre em custos relacionados a funções corporativas e que não são específicas a qualquer um dos segmentos operacionais da Companhia. Estas compreendem, de forma não exaustiva, custos da Contabilidade, Planejamento, Ouvidoria, Secretaria Geral e Auditoria.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R\$ milhões		Variação		Volume mil m ³		Variação	
	dez/22	dez/21	R\$	%	dez//22	dez/21	Mil m ³	%

Diesel	95.035	60.693	34.342	56,6	17.843	17.373	470	2,7
Gasolinas	45.063	36.842	8.221	22,3	10.849	9.857	992	10,1
JET – A1 (querosene de aviação)	21.450	9.557	11.893	124,4	4.107	3.026	1.081	35,7
Óleo Combustível	6.109	9.579	(3.470)	(36,2)	1.623	3.340	(1.717)	(51,4)
Etanol	8.915	8.811	104	1,2	2.810	2.909	(99)	(3,4)
Lubrificantes	2.923	2.623	300	11,4	257	266	(9)	(3,4)
Gás Natural e GNV	654	524	130	24,8	206	225	(19)	(8,4)
Coque	858	843	15	1,8	506	1.033	(527)	(51,0)
Outros	2.479	2.362	117	5,0	352	464	(112)	(24,1)
Energia	19	17	2	11,8	-	-	-	N/A
Prestação de Serviços	62	36	26	72,2	-	-	-	N/A
Bonificações	(1.142)	(1.237)	95	(7,7)	-	-	-	N/A
Prêmio e Descontos	(502)	(336)	(166)	49,4	-	-	-	N/A
Antecipação de Recebíveis	(477)	(193)	(284)	147,2	-	-	-	N/A
Total	181.446	130.121	51.325	39,4	38.553	38.493	60	0,2

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita de vendas	181.446	130.121
Lucro Bruto	7.489	6.851
Lucro Líquido	1.537	2.497
EBITDA	4.514	3.165
EBITDA Ajustado	5.263	4.983
Margem EBITDA Ajustado	2,9%	3,8%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita de vendas da Companhia foi de R\$181.446 milhões, um aumento de 39,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que apresentou receita de vendas de R\$130.121 milhões. A Diretoria da Companhia ressalta que esta variação decorre, principalmente, do aumento de 39,2% nos preços médios de realização (receita dividida pelo volume vendido), associado ao aumento de 0,2% no volume dos produtos vendidos pela companhia (de 38.493 mil m³ em 2021 para 38.553 mil m³ em 2022).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido da Companhia foi de R\$1.537 milhões, representando uma redução de 38,4% em relação aos R\$2.497 milhões

alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Diretoria da Companhia ressalta que esta redução é decorrente, principalmente, da variação negativa de R\$2,6 bilhões do Resultado Financeiro, de uma receita líquida de R\$ 0,6 bilhão em 2021 para uma despesa líquida de R\$2,0 bilhões em 2022, parcialmente compensada pela redução de R\$833 milhões das despesas operacionais, passando de uma despesa de R\$4,357 bilhões em 2021, para uma despesa de R\$3,524 bilhões em 2022; além do aumento de R\$638 milhões no Lucro Bruto, passando de R\$6,851 bilhões em 2021, para R\$7,489 bilhões em 2022. Mais informações a respeito da variação de Lucro Líquido entre os períodos encontram-se no tem 2.1(h) acima.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$5.263 milhões, representando um aumento de 5,6% em comparação aos R\$4.983 milhões alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, decorrente, principalmente, do aumento de R\$697 milhões no Lucro Bruto Ajustado, reflexo do ganho de *market share* no diesel e combustíveis ciclo Otto, acompanhado de uma evolução positiva da margem média de comercialização; dos créditos de R\$672 milhões de PIS/COFINS sobre despesas operacionais essenciais, exclusivos de 2022; além da variação positiva de R\$396 milhões, em relação a 2021, do resultado com alienações de ativos, decorrente de maiores vendas de imóveis; parcialmente compensados pelo aumento de R\$810 milhões na provisão de crédito de descarbonização em 2022; e pela variação negativa de R\$434 milhões no resultado de *hedge* de commodities encerrados nos períodos; além da redução de R\$220 milhões, em relação a 2021, em função dos menores ressarcimentos extemporâneos de “ICMS Substituição Tributária” referentes aos créditos originados do fim da definitividade da substituição tributária.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma companhia distribuidora de produtos, a receita da Companhia depende principalmente do volume vendido e do custo de aquisição dos produtos junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), às usinas de etanol e a partir de importações. Com relação ao volume vendido, o aumento de 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ocorreu devido, principalmente, aos crescimentos, nas vendas, de 2,7% de diesel, de 6,7% de produtos ciclo “Otto” (composto pelas vendas de gasolina, etanol e gás natural veicular) e de 35% de combustíveis de aviação, reflexo da retomada da economia a níveis próximos aos existentes antes da pandemia da COVID-19, porém, em grande parte compensadas pelas menores vendas de óleo combustível (51%) em razão de menor acionamento das termelétricas ao longo de 2022 e da redução de 51% no volume comercializado de “Coque”, este após o encerramento de contratos com a Petrobrás. Ressalta-se que, apesar da recuperação em comparação com 2021, o segmento de Aviação ainda não retornou aos níveis pré-pandemia da COVID-19.

A partir de julho de 2017, a Petrobras iniciou nova política de preços com reajustes frequentes e que tendem a acompanhar os comportamentos dos preços do mercado externo, motivo que interfere no mercado, porém não impede o crescimento das importações de combustíveis pelo mercado brasileiro.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos da Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia, conforme descrito no item 2.2(b) acima, e o lucro bruto, através do efeito contábil sobre os estoques, que ocorre quando há marcação de preços de mercado com valores diferentes dos estoques formados,

levando a ganhos (em caso de aumento de preços de aquisição) ou perdas (em caso de queda de preços de aquisição) contábeis.

A inflação impacta, principalmente, as despesas de vendas, gerais e administrativos da Companhia, já que estas despesas são denominadas em Reais e, neste sentido, são influenciadas pelo nível geral de preços da economia brasileira, conforme tabela abaixo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE):

Variação %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
IPCA	5,79%	10,06%

O câmbio influencia indiretamente o preço de aquisição dos produtos, conforme preços praticados pela Petrobras informados no item 2.2(b) já refletidos nos custos.

Por fim, as taxas de juros são relevantes em razão de impactarem as despesas financeiras relacionadas ao endividamento da Companhia, conforme análise de sensibilidade indicada no item 4.2 do Formulário de Referência, sob o título “Risco de Taxa de Juros”.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis / Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 em relação aos três últimos exercícios sociais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não contêm ressalvas ou ênfases.

2.4 – Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Considerando os novos desafios da Companhia, em um contexto constante de ampliação e revisão do seu portfólio de negócios, bem como a sinergia com a estrutura comercial atual, a Diretoria Executiva passou a acompanhar internamente os resultados de seus negócios a partir do terceiro trimestre de 2022 incluindo o segmento “lubrificantes”. Desse modo, para fins de comparabilidade, fez-se necessário a segregação dessas informações por segmentos para o exercício de 2021.

Nessa modificação, a Diretoria Executiva também passará a acompanhar internamente e reportar o desempenho do segmento “renováveis”, este sem informações retroativas pelo fato de os negócios nele incluídos terem sido adquiridos pela Companhia em 2022.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 do Formulário de Referência, dentre as quais a Companhia destaca as seguintes:

Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior

Constituído em 16 de dezembro de 2022, tem o objetivo preponderante de buscar a valorização das cotas no longo prazo, por meio da aquisição de ações, debêntures, títulos representativos de participação em sociedades limitadas, ativos emitidos ou negociados no exterior, cotas de outros fundos de investimentos, entre outros títulos e valores mobiliários de emissão de empresas atuantes no setor de tecnologia. A primeira integralização de cotas ocorreu em 23 de dezembro de 2022, tendo o Fundo um prazo de duração de 10 anos, contados a partir dessa data. O Fundo é administrado pela Citreus Serviços Fiduciários Ltda., com sede na cidade de Barueri, São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia integralizado R\$300 mil (trezentos mil reais) em cotas do fundo.

Aquisição de 50% da Joint Venture ZEG Biogás e Energia S.A. (“ZEG Biogás”)

Em 14 de setembro de 2022 a Companhia adquiriu 50% de participação na ZEG Biogás e Energia S.A. por meio de um aporte primário de R\$31 milhões, no fechamento da operação, e uma parcela secundária de R\$135 milhões, dando à Companhia a titularidade de 50% do capital da ZEG Biogás. A empresa possui filiais nas cidades de Votorantim e São Paulo, ambas no Estado de São Paulo.

A Companhia assumiu, ainda, o compromisso de aportar até R\$412 milhões no negócio ao longo dos próximos anos para execução de novos projetos de biogás/biometano, dos quais R\$206 milhões seriam referentes à participação de 50% da Companhia e os outros R\$206 milhões seriam aportados em nome dos demais sócios. Estes aportes serão condicionados à efetiva implantação dos projetos de expansão e observância de condições mínimas de atratividade estabelecidas em contrato para cada projeto.

A Companhia negociou ainda Opções de Compras futuras, a valor de mercado, pelas quais poderá, na primeira Opção, ser titular de 70% das ações representativas do capital social da ZEG Biogás e, na segunda, ser titular da integralidade das ações da ZEG Biogás. A eventual aquisição do controle da ZEG Biogás, em decorrência do possível exercício dessas Opções, estará sujeita às devidas aprovações necessárias, como de autoridades governamentais, nos termos da regulação vigente, inclusive aprovação em Assembleia Geral da Companhia, caso necessário.

Aquisição de 48,7% da Comerc Participações S.A. (“Comerc”)

Em 18 de março de 2022, foi aprovada, em sede de assembleia geral da Comerc, a conversão da totalidade das debêntures em novas ações ordinárias da Comerc, representativas de 30% de seu capital social.

Na mesma assembleia geral, foi aprovada também a contribuição, ao capital social da Comerc, da totalidade das ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A., em razão da qual a Companhia subscreveu novas ações ordinárias da Comerc, e todas as ações de emissão da Vibra Comercializadora de Energia S.A. passaram a ser integralmente detidas pela Comerc.

Em decorrência da conversão das debêntures e da contribuição das ações da Vibra Comercializadora S.A., a Companhia passou a ser titular de uma quantidade de ações representativas de 31,73% do capital social da Comerc. Nesta mesma data, se tornaram eficazes os acordos de acionistas da Comerc celebrados pela Companhia em 25 de fevereiro de 2022.

A transação também contempla a aquisição das ações de emissão da Comerc que são objeto da opção de compra que lhe foi outorgada pelos acionistas originais da Comerc. A Companhia se torna assim titular de ações representativas de 48,7% do capital social da Comerc e, em conjunto com os sócios fundadores da Vibra Comercializadora de Energia S.A., forma um bloco de acionistas titular de 50% do capital social da Comerc.

A depender do atingimento de determinadas métricas de desempenho de longo prazo e da implantação de capacidades adicionais às previstas em seu plano de negócios, os sócios poderão fazer jus, futuramente, a uma parcela complementar a título de *earnout*.

Por meio de outorga de opções de compra e venda de ações a Companhia poderá, a partir de 2026, vir a adquirir até a totalidade das ações de emissão da Comerc.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2022, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da Comerc, em decorrência de um eventual exercício futuro de opção de compra de titularidade da Companhia ou de opção de venda de ações de titularidade dos atuais acionistas da Comerc, pelo preço por ação calculado nos termos do Acordo de Acionistas da Comerc, celebrado em 25 de fevereiro de 2022 e a consequente autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da aquisição do controle acionário da Comerc, incluindo eventual celebração de contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Comerc em razão do exercício de opção de compra ou de venda.

A autorização para aquisição de controle da Comerc está limitada ao montante máximo de R\$3.402 milhões, acrescido de correção, desde 25 de fevereiro de 2022, pela variação do IPCA + 8% de juros ao ano (“**Preço Máximo**”). Caso o preço das opções de compra supere o Preço Máximo, a Assembleia Geral da Companhia poderá ser novamente convocada.

A Comerc é uma holding de empresas que atuam na comercialização, gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras, soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia, sendo uma das principais comercializadoras de energia do Brasil.

A associação entre a Companhia e a Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia pois permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

A aquisição dos 48,7% totalizou R\$3.948 milhões.

Criação da Joint Venture Evolua

Em 5 de maio de 2022, após o cumprimento das condições precedentes determinadas no Acordo de Parceria e outras avenças, celebrado em 27 de agosto de 2021 com a COPERSUCAR, entre elas, a aprovação sem restrições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ocorrida em 11 de abril de 2022, a Companhia realizou o fechamento societário da operação da constituição da *joint venture* (JV) com a aquisição de 49,99% da Empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. (“**ECE**”), de propriedade da COPERSUCAR.

A ECE foi constituída pela COPERSUCAR com capital social de R\$10 milhões, dos quais a Companhia adquiriu 49,99%, mantendo a Copersucar S.A. participação de 50,01%. Desta parceria surge a marca “Evolua”. Após essa etapa foi efetuado aporte de mais R\$440 milhões, na proporção das respectivas participações dos acionistas.

A ECE adotará o modelo “*asset light*”, sem o aporte de ativos imobilizados de seus sócios e terá estrutura de governança própria.

A participação societária na “Evolua” representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Joint Venture com Americanas S.A.

Em 1º de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu a operação relacionada à formação de parceria com a Americanas S.A. para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através das redes de lojas: “Local” e “BR Mania” (“**Parceria**”). A efetivação da Parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“**CADE**”), em 30 de dezembro de 2021, sendo esta decisão considerada final.

A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. (“**Vem**”), cujo capital é detido pela Americanas e pela Companhia, ambas com participações de 50%. A Vem terá uma estrutura de gestão e governança corporativa própria.

O negócio BR Mania aportado na Vem foi avaliado em R\$447 milhões, sendo reconhecido na operação de constituição da *Joint Venture* um ganho de R\$437 milhões, registrado em “outras receitas (despesas) operacionais”, conforme nota explicativa nº 25.4, na linha “Resultado com alienação/baixa – participações societárias”.

Adicionalmente, em 31 de março de 2022, em virtude de metas de performance alcançadas pela Companhia, foram aprovadas e emitidas ações (Bônus de Subscrição) da Vem em favor da Companhia. Neste mesmo dia, a Companhia assinou um termo de Compra e Venda de Ações com a Americanas, que adquiriu sob condição resolutiva, 50% das suas ações. A alienação dessas ações acarretou uma receita para a Companhia de R\$51 milhões e uma baixa de investimento no montante de R\$41 milhões, ambos registrados em “outras receitas (despesas) operacionais”, conforme nota explicativa 25.4, na linha “Resultado com alienação/baixa - participações societárias” das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A participação societária na Vem representa um empreendimento controlado em conjunto e, portanto, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Vibra Trading BV

Constituída em 25 de novembro de 2021 e com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.

Constituída em 25 de outubro de 2021 e com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Venda de Participação Acionária na empresa Brasil Carbonos

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia realizou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Participação Societária regulando a venda da totalidade de sua participação acionária na empresa Brasil Carbonos S.A. ("**Brasil Carbonos**") para a Unimetal Indústria, Comércio e Empreendimentos.

O valor total da venda, já considerando o caixa da Brasil Carbonos, foi de R\$19 milhões, a ser executado em 30 parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas pelo CDI + 2% ao ano. Em garantia ao pagamento do preço da transação, foi ofertada uma fiança bancária (ou seguro garantia) incondicional emitida por instituição financeira de primeira linha com validade até a data de vencimento da última parcela devida do valor total da venda (ou com validade não inferior a 12 meses com renovação periódica até a realização integral de todas as parcelas do valor total da venda).

Com o fechamento da operação, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Companhia reconheceu nas demonstrações de 31 de dezembro de 2021 a baixa do investimento de R\$73 milhões e uma receita de alienação de R\$19 milhões, registrados em "outras Receitas (Despesas) Operacionais".

Venda de Participação em Termelétricas

Em 5 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda para alienar a totalidade de sua participação acionária nas empresas Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A. para a CH4 Energia Ltda., sociedade brasileira controlada pela New Fortress Energy Inc. (NASDAQ: NFE), sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque.

A transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e, nas demonstrações contábeis intermediárias relativa ao trimestre findo em 31 de março de 2021, foram reconhecidas a receita de R\$51 milhões e a baixa do investimento de R\$5 milhões em "outras receitas (despesas), líquidas".

Aquisição da Targus

Em 1º de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu o fechamento da transação para aquisição de participação societária na Targus Comercializadora de Energia S.A. e na Targus Serviços de Energia Ltda. (em conjunto, "**Grupo Targus Energia**"). A Companhia será detentora de 70% do capital social do Grupo Targus Energia, após a conclusão de todos os aportes previstos até 31 de dezembro de 2021.

A Companhia também celebrou na mesma data o Acordo de Acionistas com os atuais sócios do Grupo Targus Energia, que vigorará por 15 anos, e que prevê, entre direitos e obrigações, opções de compra para aquisição dos 30% da participação societária remanescente no Grupo Targus Energia.

(c) eventos ou operações não usuais

Operação Lava Jato

Em 2009, as autoridades brasileiras começaram investigações que culminaram na instalação pela Polícia Federal brasileira de uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A “Operação Lava Jato” é uma investigação extremamente ampla, com relação a diversas práticas criminosas, e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve supostos crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país, e diferentes setores da economia.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais, em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos ex-executivos da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“**Petrobras**”), antiga acionista controladora da Companhia, supostamente entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos em um suposto esquema criminoso, entre 2004 e abril de 2012, o que impôs, sistematicamente, custos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Petrobras e pela Companhia. Três ex-diretores da Petrobras, sendo um deles também ex-diretor da Companhia, e um ex-gerente executivo, que não trabalham para o Sistema Petrobras desde abril de 2012, estavam alegadamente envolvidos neste esquema de pagamentos indevidos, e serão tratados a seguir como “ex-empregados da Petrobras”. Os valores pagos, adicionalmente, pela Companhia foram supostamente utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários, agindo em nome dessas sociedades, para financiar pagamentos indevidos a terceiros. Até onde se tem conhecimento, a Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

Conforme descrito na nota explicativa 1.2.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R\$5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no valor de R\$3 milhões. Não houve ressarcimento de gastos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

A Companhia e a Petrobras monitoraram as investigações da “Operação Lava Jato” efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Sobre o assunto, veja os respectivos fatores de risco descritos no item 4.1 do Formulário de Referência.

Oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia

A Companhia esclarece que em razão da realização da oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade da Petrobras (“**Follow-on 2019**”), a Petrobras teve sua participação societária reduzida para menos de 50% das ações com direito a voto da Companhia, de forma que a Companhia não se enquadra mais no conceito de subsidiária disposto no inciso IV do artigo 2º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (“**Lei das Estatais**”). Desta forma, após a *Follow-on 2019*, a Companhia deixou de estar sujeita ao regime jurídico estabelecido na Lei das Estatais, com exceção das obrigações dispostas no parágrafo 7º do artigo 1º da Lei das Estatais, que estão vinculadas ao dever de fiscalizar da Petrobras, práticas de governança e controle proporcionais à

relevância, à materialidade e aos riscos do negócio. Posteriormente, em 2021, a Petrobrás alienou o restante da sua participação.

Visando adequar o estatuto social da Companhia ao novo regime jurídico de empresa não-estatal que lhe passou a ser aplicável após a conclusão da *Follow-on* 2019, em 7 de junho de 2019, a Assembleia Geral de acionistas da Companhia aprovou a reforma do estatuto social da Companhia que entrou em vigor em 24 de julho de 2019, tendo sido posteriormente aprovadas pela Assembleia Geral da Companhia outras reformas estatutárias.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia apresenta as seguintes medições não contábeis:

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA	4.514	3.165
EBITDA Ajustado	5.263	4.983
Margem EBITDA Ajustado	2,9%	3,8%
Dívida Bruta	17.874	13.736
Dívida Financeira Líquida	13.729	10.111
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado	2,61	2,03

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido	1.537	2.497
(+) Resultado Financeiro Líquido	2.031	(568)
(+) Depreciação/Amortização	553	559
(+) IR/CSLL	393	677
EBITDA	4.514	3.165
(+) Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	651	805
(+) Perdas de crédito esperadas – sistema isolado e interligado de energia	(8)	-
(+) Perdas e provisões com processos judiciais	181	926
(+) Programa de Transformação Organizacional e Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário -PIDV ⁽¹⁾	-	(8)
(+) Anistias fiscais	13	288
(+) Encargos tributários sobre receitas financeiras	36	35
(+) Operações de <i>hedge</i> de commodities em andamento	89	(56)
(+) Resultado líquido com alienação de participação societária ⁽²⁾	-	8
(+) Remensuração Passivo Atuarial – Plano de Pensão	-	(180)
(+) Resultado do processo de constituição da Vem Conveniência – <i>joint venture</i> com Americanas	(447)	-
(+) Resultado do aporte da Vibra Comercializadora de Energia na Comerc Participações S.A.	(58)	-
(+) Remensuração Passivo Atuarial/Dívida Assumida - Migração Flexprev	136	-

(+) EBITDA proporcional das empresas participantes do segmento "renováveis" menos equivalência destas empresas	156	-
EBITDA Ajustado	5.263	4.983
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	181.446	130.121
Margem EBITDA Ajustado⁽³⁾	2,9%	3,8%

(Reais milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA Ajustado	5.263	4.983
Ajuste ao lucro líquido para apurar o fluxo de caixa das atividades operacionais	243	657
Contas a receber	(865)	(988)
Estoques	(1.078)	(2.117)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(644)	(584)
Despesas antecipadas	(50)	(148)
Depósitos Judiciais	(68)	(14)
Fornecedores	1.167	1.446
Imposto de renda e contribuição social pagos	(478)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	(545)	22
Planos de pensão e de saúde	(331)	(209)
Programas de desligamento e reestruturação	-	(1)
Pagamento de Prêmios e Incentivo de Curto Prazo	(79)	(53)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	(218)	(105)
Adiantamentos de Clientes	(67)	(53)
Aquisição de créditos de Descarbonização (CBIOS)	(824)	(240)
Adiantamento a Fornecedores	(136)	(4)
Outros ativos e passivos	(27)	(315)
Fluxo de Caixa Operacional	1.263	2.276

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. As bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como bonificações antecipadas concedidas a clientes no ativo e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.

Perdas de crédito esperadas – sistema isolado e interligado de energia. Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.

Perdas e provisões com processos judiciais. Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.

Programa de Transformação Organizacional e Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Os ajustes referem-se aos valores que impactaram o resultado da Companhia pelos gastos reconhecidos do programa de desligamento optativo, reestruturação, abono por repactuação salarial, verbas rescisórias e gastos com consultoria do plano de transformação organizacional, bem como pela provisão dos gastos estimados com indenização relativa aos planos de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV) e pela reversão desta provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.

Anistias fiscais. Trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de tributos federais junto aos estados e à União, respectivamente.

Encargos tributários sobre receitas financeiras. Os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras e que estão classificados em despesas tributárias.

Operações de *hedge* de *commodities* em andamento. Trata-se do resultado das operações em andamento, líquidas das operações encerradas, que em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um *hedge* econômico que visa reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Resultado líquido com alienação e constituição de participação societária. O ajuste refere-se ao resultado proveniente da alienação e constituição de participação em controladas, negócios em conjunto e/ou coligadas, incluindo o resultado do processo de constituição da Vem Conveniência S.A e o resultado do aporte da Vibra Comercializadora de Energia na Comerc Participações S.A.

Ganho indenização – Concessão Espírito Santo. O ajuste é referente ao ganho proveniente da indenização cabível à Companhia pelos ativos reversíveis, cujo montante indenizado foi convertido em participação societária na Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). A operação não envolveu transferência de recursos.

Remensuração Passivo Atuarial – Plano de Saúde. Trata-se do resultado proveniente da redução das obrigações atuariais com plano de saúde em razão do novo modelo implantado.

Remensuração Passivo Atuarial - Migração Flexprev. Trata-se do resultado proveniente da migração dos participantes dos Planos de Pensão do Sistema Petrobras Repactuados, Não Repactuados e Petros II para o novo plano de Pensão Flexprev, de contribuição definida, sem riscos atuariais para a Companhia.

Resultado de equivalência das empresas pertencentes ao segmento renováveis. O ajuste é referente ao resultado de equivalência das empresas Comerc Participações S.A., Evoluta Etanol e ZegBiogás pertencentes ao segmento “renováveis”. A Companhia, por não ser a controladora e

consequentemente não consolidar o resultado destas empresas, considera os respectivos saldos de EBITDA proporcionalmente ao seu percentual de participação.

Marcação a Mercado. Trata-se do resultado proveniente da marcação a mercado dos contratos futuros de energia e etanol das empresas participantes do segmento renováveis.

Itens Não Recorrentes. Ajuste proveniente a itens não recorrentes que impactam o resultado da Comerc Participações S.A. do segmento de “renováveis”.

(Reais milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(+) Financiamentos	16.557	13.009
(+) Arrendamentos	834	824
(+) Financiamento de Fornecimento de Produtos	-	529
(+) Instrumento Financeiro Derivativo (<i>Swap</i>)	483	(626)
Dívida Bruta	17.874	13.736
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.145)	(3.625)
Dívida Financeira Líquida	13.729	10.111

(Reais milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Financeira Líquida	13.729	10.111
EBITDA LTM Ajustado	5.263	4.983
Dívida Financeira Líquida/EBITDA LTM Ajustado	2,61	2,03

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil feita pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras. Desde 1 de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA de acordo com a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Tal medição consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização (“**EBITDA**”).

O EBITDA Ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas de crédito esperadas do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, Programa de Transformação Organizacional e Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras, operações de hedge de commodities em andamento, resultado líquido com alienação e constituição de participação societária, ganho de indenização - concessão do Espírito Santo, remensuração do passivo atuarial - plano de pensão e saúde, resultado de equivalência das

empresas pertencentes ao segmento renováveis, marcação a mercado de contratos futuros e itens não recorrentes. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se no subitem (b) deste item 2.5.

Os valores mencionados no EBITDA e no EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”) e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado para medir seu desempenho operacional e liquidez, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicadores de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Margem EBITDA Ajustado

Índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas de produtos e serviços prestados. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado por entender ser um indicador alternativo da margem operacional, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

A Companhia ressalta que a Margem EBITDA Ajustado é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que a Margem EBITDA Ajustado não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, esta não deve ser utilizada como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituta para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Dívida Financeira Líquida

Definimos Dívida Financeira Líquida como financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos da cessão de direitos creditórios circulante e não circulante, arredamentos circulante e não circulante e instrumento financeiro derivativo – *swap* (em conjunto “**Dívida Bruta**”) subtraída do caixa e equivalentes de caixa e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. A Companhia utiliza a Dívida Financeira Líquida para mensurar o capital necessário para quitar os instrumentos de dívida.

A Companhia ressalta que a Dívida Financeira Líquida é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que a Dívida Financeira Líquida não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, esta não deve ser utilizada como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituta para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o índice Dívida Financeira Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado como um indicador suplementar para auxiliar a gestão da alavancagem, bem como para ajudar a avaliar a liquidez da Companhia.

Considerando que o índice Dívida Financeira Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicador de desempenho operacional, em isolamento de outros indicadores contábeis; ou (iv) indicador de liquidez, em isolamento de outros indicadores contábeis.

2.6 – Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Joint venture com Americanas S.A.

Em 2022, conforme nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a Americanas efetivaram, por meio da constituição da Vem Conveniência S.A. (“**Vem**”), parceria destinada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustíveis, através de lojas “Local” e “BR Mania” (“**Parceria**”). Atualmente, nos termos dos documentos da Parceria, a Companhia detém 50% do capital social da Vem, sendo os outros 50% detidos pelas Americanas.

Nesse cenário, à luz dos recentes acontecimentos envolvendo a Americanas, que podem constituir alterações em premissas basilares que conduziram à celebração da Parceria, com potenciais impactos à Vem, a Companhia informa que, em 23 de janeiro de 2023, por determinação do seu Conselho de Administração, notificou a Americanas para imediato encerramento da Parceria, tendo iniciado os trâmites e procedimentos necessários para seu desfazimento. O procedimento de desfazimento já estava estabelecido nos instrumentos da Parceria, e busca, em resumo, o retorno dos negócios (Local e BR Mania) para os respectivos sócios originais, com a previsão de que a Vem seguirá com a Companhia.

A Companhia entende que esse procedimento é o que melhor atende aos objetivos do negócio nesse momento, bem como buscará manter a reserva de todos os seus direitos e prerrogativas assegurados em lei ou nos documentos da Parceria, que possam advir de atos praticados pela Americanas na qualidade de sócia, inclusive no curso da constituição da Parceria.

Na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia analisou os impactos decorrentes dos eventos recentes, que serviram de indicativos para testes de recuperação do investimento na Vem, e não identificou necessidade de reconhecimento de nenhuma perda, conforme descrito na nota 12 das demonstrações financeiras mencionadas.

Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Ao finalizar o julgamento dos Temas de Repercussão Geral nº 881 e 885, o Supremo Tribunal Federal (“**STF**”) entendeu que a coisa julgada (eficácia de uma decisão judicial definitiva) em processos tributários de terceiros, quando trata de relações continuativas (decisões com efeitos passados e futuros), tem sua eficácia automaticamente interrompida (sem a necessidade de ajuizamento de ação rescisória nem revisional) a partir do momento em que o STF julga, com eficácia vinculante, uma causa em sentido contrário àquele atestado na referida coisa julgada.

Após devida pesquisa não verificamos situação relevante sobre a Companhia ter, em seu favor, coisa julgada de trato continuativo em sentido contrário à posterior decisão do STF.

2.7 – Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	<p><u>Reserva Legal.</u> Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).</p> <p><u>Reserva Estatutária:</u> De acordo com o estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022 (“Estatuto Social”), a Companhia com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, de reserva estatutária para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, pode constituir parcela de até 100% do saldo do lucro líquido, após as demais destinações previstas no Estatuto Social, até o limite de 80% do capital social.</p> <p><u>Reserva de Retenção de Lucros.</u> Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamento a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	<p>A administração da Companhia propõe a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023 (“AGO”), da seguinte destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (i) R\$76.857.720,91 a serem destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$162.941.719,84 a serem destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$823.993.081,64 a serem distribuídos aos acionistas em forma de dividendos; e (iv) R\$473.361.895,78 a serem retidos com base em orçamento de capital a ser deliberado pela AGO.</p>
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme proposta da administração a ser deliberada pela AGO, contempla a destinação dos seguintes percentuais em relação ao lucro líquido: (i) 5,0% a serem destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 10,6% a serem destinados à reserva de incentivos fiscais; (iii) 53,6% a serem distribuídos aos acionistas; e (iv) 30,8% a serem retidos com base em orçamento de capital a ser deliberado pela AGO.</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social previa a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados às reservas previstas no Estatuto Social, deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá realizar pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos inferiores ao do exercício por deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais. Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre capital próprio previstos no Estatuto Social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor,	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, exceto com relação a</p>

	2022
assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	determinados instrumentos financeiros celebrados pela Companhia, os quais estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso esteja em mora com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e respectivos contratos de garantia. Para mais informações sobre as restrições, veja o item 2.1(f) acima.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma Política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na data de 16 de setembro de 2022. A referida política se encontra disponível no website da Companhia, conforme endereço abaixo: https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Contratos de take or pay – 31 de dezembro de 2022

A Companhia possui contratos com cláusula de *take or pay* referentes a compra de derivados de petróleo e de prestação de serviços, conforme segue abaixo:

- compra de óleo de xisto, para o período de dois anos, que correspondem a um valor total de R\$347 milhões com a Paraná Xisto;
- compra de derivados de petróleo, para o período de um ano, que corresponde a um valor total estimado de R\$186 milhões com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“**Petrobras**”) e de R\$44 milhões com a Refinaria de Petróleo Riograndense;
- compra de gás natural veicular para o período de quatro anos com a Sergipe Gás ao valor estimado de R\$50 milhões e para o período de dois anos, com a Companhia de Gás de Santa Catarina a um valor estimado de R\$43 milhões e de R\$40 milhões com a Companhia Potiguar de Gás; e
- serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE, ao valor estimado de R\$194 milhões, para o período de quatro anos, com a Ultracargo (ex-Terminal Químico de Aratu), ao valor estimado de R\$133 milhões e para o período de três anos, com AGEO Terminais, ao valor estimado de R\$149 milhões e com a CBL Terminais ao valor estimado de R\$104 milhões.

Contratos de transporte – 31 de dezembro de 2022

- a Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. (“**Logum**”) referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$1.033 milhões, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

(iii) contratos de construção não terminada

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que em não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os diretores da Companhia comentam que os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e seu registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

A tabela a seguir resume as obrigações *off-balance* em 31 de dezembro de 2022:

Posição em 31 de dezembro de 2022	Pagamentos com vencimento por período				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Contrato de <i>take or pay</i> – Óleo de Xisto - Paraná Xisto	149	198	-	-	347
Contrato de <i>take or pay</i> – Derivados de Petróleo – Petrobras	186	-	-	-	186
Contrato de <i>take or pay</i> - Derivados de Petróleo – Refinaria de Petróleo Rio Grandense	44	-	-	-	44
Contrato de <i>take or pay</i> – Compra de Gás Natural – SERGÁS	13	13	12	12	50
Contrato de <i>take or pay</i> – Compra de Gás Natural – SCGÁS	40	3	-	-	43
Contrato de <i>take or pay</i> – Compra de Gás Natural – POTIGÁS	27	13	-	-	40
Contrato de Transporte – Logum	115	117	120	681	1.033
Contrato de Armazenagem – SPE	13	13	13	155	194
Contrato de Armazenagem – Ultracargo (ex-Terminal Químico de Aratu)	50	48	17	18	133
Contrato de Armazenagem – Ageo Terminais	50	50	49	-	149
Contrato de Armazenagem – Terminal Químico de Aratu	35	35	34	-	104
Total	722	490	245	866	2.323

(b) natureza e o propósito da operação

Os diretores da Companhia comentam que os contratos com a Petróleo Brasileiro – Petrobras (“**Petrobras**”), Refinaria de Petróleo Riograndense, Sergipe Gás (SERGÁS), Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), apresentados no item 2.8 acima, referem-se aos contratos celebrados para aquisição de derivados de petróleo e com a Paraná Xisto, para aquisição de óleo de xisto.

Adicionalmente, conforme também apresentado no item 2.8 acima, a Companhia mantém compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referentes a transporte dutoviário e serviços de armazenagem com a SPE, Ultracargo (ex- Terminal Químico de Aratu), AGEO Terminais e CBL Terminais. Estes contratos têm o propósito de possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A natureza e os montantes das obrigações assumidas estão descritos no item 2.8 acima. Os direitos gerados a favor da Companhia estão descritos a seguir:

- contratos de *take or pay*: direito à aquisição de produtos, assegurando os níveis desejados de estoques, conforme planejado pela Companhia, bem como serviços de transporte dutoviário.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O *Business Plan* (“BP”) 2023-2027, datado de 23 de janeiro de 2023, prevê investimentos de R\$9,1 bilhões até o final de 2027. Deste valor, são R\$2.276 milhões para manutenção da infraestrutura atualmente existente, o que inclui as bases, os depósitos, os *pools* e a estrutura administrativa, além da manutenção e modernização da Fábrica de Lubrificantes, da expansão e da defesa do posicionamento logístico em razão da dinâmica de mercado prevista, bem como em atendimento a demandas legais e ambientais; R\$567 milhões com investimentos em clientes do varejo e do B2B (*business to business* ou corporativo); R\$877 milhões em transformação digital, tecnologia da informação, automação e sistemas; e R\$5.366 milhões em participações societárias e novos negócios. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram realizados investimentos de R\$2,3 bilhões, sendo R\$1,7 bilhões em participações societárias e novos negócios e o restante nas categorias de investimentos citadas anteriormente.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Costumeiramente, existem três possíveis, e principais, fontes de recursos para os investimentos da Companhia: (i) recursos próprios, a partir da geração de caixa das operações; (ii) financiamentos estruturados dos Certificados de Recebível Imobiliário, já emitidos; e (iii) novas oportunidades de captações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No BP 2023-2027 foram previstos alguns desinvestimentos em ativos, que foram consolidados numa carteira de desinvestimentos, os quais, em conjunto, totalizam cerca de R\$855 milhões de efeito líquido e R\$2,0 bilhões de efeito caixa, sendo tal carteira composta por diversos ativos passíveis de serem desinvestidos, incluindo, sem limitação, a Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás, ativos logísticos e mais de 400 ativos imobiliários.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, neste momento, não possui eventos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Em termos de gestão, relato e transparência, as oportunidades identificadas são o aprimoramento das metas ASG, a divulgação trimestral dos indicadores e metas ASG e a evolução na pontuação de índices e ratings ASG de mercado.

Em termos de mudança do clima, as oportunidades identificadas são aprimoramento do plano de redução de emissões para cumprimentos das metas de emissões estabelecidas até 2027; construção do plano de compensação das emissões dos escopos 1 e 2, que tratam de emissões relacionadas às operações diretas Companhia (caldeiras, geradores, empilhadeiras, frota de veículos leves) e emissões indiretas de operações da Companhia relacionadas a compra de energia (eletricidade ou vapor), respectivamente, a ser efetivado a partir de 2025; e realização de estudos para adoção de preço interno de carbono e para construção de planos de adaptação para vulnerabilidade climática.

Em termos de diversidade, as oportunidades identificadas são aprimorar a meta de diversidade e realizar pesquisa de ambiente inclusivo.

Em termos de direitos humanos, relacionamento comunitário e voluntariado, as oportunidades identificadas são construção de planos de relacionamento comunitários para unidades operacionais críticas, aprimoramento de sistema de integridade para inclusão de programa de *due diligence* de direitos humanos para investidas, fornecedores e parceiros e implementação de um programa de voluntariado corporativo.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia divulga neste item informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Companhia para alocação de recursos para tais despesas:

Convênios

Em cumprimento à Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, no ano de 2006 (Lei de Aprendizagem), a Companhia implantou o “Programa Aprendiz BR”. A legislação vigente obriga todas as empresas de médio e grande porte a empregar e matricular em cursos profissionalizantes um número de aprendizes equivalente a, no mínimo 5%, e, no máximo, 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Atualmente, a Companhia emprega o número mínimo de 5% de aprendizes.

A contratação de aprendizes na Companhia é realizada por intermédio de Instituições Sem Fins Lucrativos (“ISFL”), através da celebração de convênios. O convênio tem por objetivo o desenvolvimento pessoal e educacional de jovens, com a finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho. As ISFLs oferecem assistência aos adolescentes e à educação profissional, devendo estar capacitada para oferecer o curso profissionalizante requerido pelo Programa Aprendiz BR. Além disso, as ISFLs devem estar cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possuir registro nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente locais.

Atualmente, a Companhia possui cinco convênios ativos e 50 aprendizes contratados. Atualmente existem dois convênios para atender o Rio de Janeiro e três para as demais localidades.

Os gastos com os convênios celebrados totalizaram R\$1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Publicidade

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com o Plano de Marketing da Companhia, que por sua vez é desdobrado do *Business Plan* da Companhia, e em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento das marcas Petrobras e Vibra.

São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo e, em especial, de distribuição de derivados de petróleo e segmentos relacionados; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de produtos e serviços; dos objetivos de fortalecimento das suas marcas junto a Clientes, Revendedores, Parceiros, Fornecedores e colaboradores como um direcionador estratégico de longo prazo; da necessidade de comunicar as atitudes e medidas da corporação.

As ações de publicidades são utilizadas pela Companhia para contribuir com os resultados desejados, desde que esta ativação esteja em consonância e contribuam com os objetivos estratégicos da Companhia.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

A contratação de agências de publicidade segue os procedimentos de contratação da Companhia e são aprovadas pela autoridade competente de acordo com as normas de contratação vigentes.

A Companhia mensura sua atuação em publicidade através de resultados financeiros e mercadológicos, pesquisas de recall, análise de métricas publicitárias diversas, entre outros.

Os gastos com os publicidade totalizaram R\$68,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 75,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Patrocínios

Os patrocínios realizados pela Companhia têm como objetivo principal o fortalecimento das marcas de seus produtos e serviços junto a seus públicos estratégicos. Além da exposição das marcas, a ferramenta de patrocínio é utilizada para estreitar relacionamento com os referidos públicos, de acordo com o objetivo de negócio de cada segmento na qual a Companhia atua.

Os patrocínios são selecionados mediante análise em conjunto pelas unidades de negócio do custo-benefício das propostas recebidas e visam alcançar públicos específicos, conforme os objetivos de marketing da companhia. A seleção é realizada por escolha direta, mediante análise da viabilidade de retorno, bem como o custo-benefício oferecido. Nessa atividade estão incluídos projetos especiais de grande visibilidade, bem como patrocínios técnicos voltados para setores da economia (engenharia, logística, etc.) cujo objetivo é a produção e distribuição de conhecimento entre os agentes de mercado (empresas, profissionais, governo).

Um dos focos principais é o esporte-motor, em função da aderência com o negócio de atuação da Companhia. Além de exposição de marca e ações de relacionamento com públicos de interesse, os patrocínios ao segmento de esporte-motor funcionam também como laboratório para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços em condições extremas durante as competições.

Os gastos com os patrocínios totalizaram R\$32,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$12,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Doações

Em 2022, a Companhia contribuiu para o projeto Brasileiros pelo Brasil - parceria com Fundação Banco do Brasil, Petrobras, IBP, que contemplou a distribuição de cestas de alimentos e produtos de agricultura familiar para as famílias em situação de vulnerabilidade. Com o aporte da VIBRA ao projeto, conseguimos viabilizar a doação de 3.121 cestas básicas para comunidades vizinhas das nossas bases nos seguintes municípios: Duque de Caxias (RJ), Caracaraí (RR), Crato (CE), Cuiabá (MT) e Cruzeiro do Sul (AC), beneficiando 697 agricultores familiares.

A Companhia apoiou também, através dos Fundos Municipais do Direito da Infância e Adolescência (FIA), dois projetos: Singular - RBC nas Comunidades Rurais, na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco; e Formação de Adolescentes Empresários Rurais da Agricultura Alimentar, em Presidente Tancredo Neves, na Bahia.

Em 2021, as doações de cestas básicas alcançaram R\$0,5 milhão; as doações de recursos para compra de medicamentos do kit intubação alcançaram R\$2,7 milhões; as doações de câmaras frias alcançaram R\$0,20 milhão, e doações para entidades sem fins lucrativos que atuam em temas estratégicos para a empresa alcançaram R\$0,2 milhão.

Em 2022, as doações de cestas básicas alcançaram R\$0,5 milhão; e as doações de recursos para o dos Fundos Municipais do Direito da Infância e Adolescência (FIA) alcançaram R\$0,1 milhão.

Operações de *hedge* de *commodities*

Ao longo de 2020, combinaram-se a grande relevância das importações nas operações da Companhia com as fortes quedas observadas nos preços das commodities no mercado externo, provocadas pelo desbalanço entre oferta e demanda, intensificado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 nos níveis globais de consumo. Diante dessa combinação, passaram a adquirir maior relevância as operações de *hedge* no resultado da Companhia.

Tais operações em essência observam um modelo de negócios voltado à proteção das margens operacionais, sem qualquer caráter especulativo, caracterizando assim um hedge econômico que visa a reduzir os riscos atribuídos a volatilidade nos preços das commodities (proteção econômica da exposição), sem considerar eventual impacto de descasamento contábil nas demonstrações financeiras.

Conseqüentemente, o resultado dessas operações é apresentado dentro do grupo de “outras receitas (despesas), líquidas”, conforme explicativa nota 22.4 das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os saldos de 2019, anteriormente classificados no resultado financeiro, foram reclassificados para o grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” no montante de R\$40 milhões (despesas, líquidas), para uma melhor comparabilidade, com conseqüente impacto na apresentação da demonstração do valor adicionado.

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Considerando o contexto da pandemia da COVID-19, a Companhia manteve as práticas adotadas no ano anterior, mantendo, no regime de *home office*, os trabalhadores cujas atividades podem ser desempenhadas remotamente e, para os demais, cujas atividades precisam ser realizadas presencialmente, houve redução do efetivo para minimizar a circulação de pessoas nas unidades operacionais. Todos os protocolos de segurança amplamente divulgados estão sendo seguidos. Todas as viagens a serviço e visitas a clientes, das regiões classificadas como de alto risco, estão sendo evitadas e aquelas indispensáveis necessitam de aprovações da Diretoria ou Líder de equipe, conforme o tipo da viagem.

Para mais informações, veja o fator de risco “*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa*” no item 4.1 do Formulário de Referência e a seção “Eventos Recentes – Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia” no item 7.1 do Formulário de Referência.

ANEXO II – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, da Resolução da CVM nº 80/2022)

A administração da Companhia submete à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023 (“**AGO**”) a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

O orçamento da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, considera, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, gastos de R\$1.709.922.208,95 (um bilhão, setecentos e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e oito reais e noventa e cinco centavos), com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios, conforme detalhamento a seguir.

Destinação dos Recursos	Em R\$
Infraestrutura Logística e SMS para atendimento ao mercado	300.358.428,65
Infraestrutura logística em clientes	57.449.362,15
Transformação digital e automação	148.304.838,77
Manutenção e expansão da rede de postos	799.309.579,38
Aportes em participações e novos negócios	404.500.000,00
Total	1.709.922.208,95

Fonte dos Recursos	Em R\$
Retenção de parcela do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	473.361.895,78
Recursos próprios e de terceiros	1.236.560.313,17
Total	1.709.922.208,95

Assim, para atendimento ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia propõe à AGO a aprovação do montante de R\$1.709.922.208,95 (um bilhão, setecentos e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e oito reais e noventa e cinco centavos), correspondente aos gastos orçados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

**ANEXO III – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(nos termos do Anexo A da Resolução da CVM nº 81/2022)

1 Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$1.537.154.418,17.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A Companhia realizou, até a presente data, a declaração de juros sobre capital próprio, já declarados e quitados, no montante total de R\$823.993.081,64, conforme abaixo descrito, os quais serão, conforme proposta da administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023 (“AGO”), imputados ao dividendo mínimo obrigatório:

Descrição	Data de pagamento	Valor bruto por ação (R\$)	Valor total bruto (R\$)
Juros sobre capital próprio já declarados e quitados	29/12/2022	0,34890912083	389.000.000,00
Juros sobre capital próprio já declarados e quitados	28/02/2023	0,39016209173	434.993.081,64
Total	-	0,73907121256	823.993.081,64

O montante equivalente a juros sobre capital próprio indicado na tabela acima foi declarado tendo como base a posição acionária verificada em 21 de setembro de 2022 e em 21 de dezembro de 2022 e foi pago nos dias 29 de dezembro de 2022 e 28 de fevereiro de 2023, respectivamente.

Vale ressaltar que o valor total bruto de R\$823.993.081,64 indicado na tabela acima, conforme proposta da administração, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e em consonância com o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”).

3 Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Os juros sobre capital próprio já declarados e quitados, no valor de R\$823.993.081,64, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme proposta da administração, correspondem a 63,5% do lucro líquido da Companhia (ajustado após a destinação para a reserva legal e reserva de incentivos fiscais), conforme demonstrado abaixo:

(a) lucro ajustado para determinação dos dividendos: R\$1.297.354.977,42.

(b) juros sobre o capital próprio já declarados e quitados: R\$823.993.081,64.

Percentual do lucro ajustado do exercício (b) / (a) = 63,5%

4 Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável, tendo em vista que não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta da administração quanto à declaração pela AGO de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos juros sobre capital próprio, no montante de R\$823.993.081,64, que já foram declarados e quitados, conforme descrito no item 2 acima.

(b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, conforme descrito no item 5(a) acima.

(c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, conforme descrito no item 5(a) acima .

(d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, conforme descrito no item 5(a) acima.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

(b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, conforme descrito no item 6(a) acima.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	2021	2020	2019
Lucro por ação	1,37	2,16	3,35	1,90

(b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022 ^(*)	2021	2020	2019
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,34	0,58	1,98	0,96

^(*) Considera o valor bruto de juros sobre capital próprio já declarados e quitados, a serem imputados ao dividendo obrigatório, conforme proposta da administração.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) identificar o montante destinado a reserva legal

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$76.857.720,91 para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do Estatuto Social, o montante destinado à reserva legal consiste em 5% do lucro líquido do exercício, sendo que tal reserva não poderá exceder 20% do capital social da Companhia.

9 Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10 Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão direito a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) informar se ele está sendo pago integralmente

Os juros sobre capital próprio já declarados e quitados, no valor de R\$823.993.081,64, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme proposta da administração, contemplam o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório.

(c) informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

- 11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

- 12 Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

- 13 Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

- 14 Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado a reserva; e (c) descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva estatutária.

- 15 Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

- (a) identificar o montante da retenção**

A administração da Companhia propõe a retenção de lucros no montante de R\$473.361.895,78, prevista em orçamento de capital a ser objeto de deliberação pela AGO.

- (b) fornecer cópia do orçamento de capital**

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido para aprovação pela AGO, conforme detalhamento a seguir:

Destinação dos Recursos	(Em R\$)
Infraestrutura logística e SMS para atendimento ao mercado	300.358.428,65
Infraestrutura logística em clientes	57.449.362,15
Transformação digital e automação	148.304.838,77

Manutenção e expansão da rede de postos	799.309.579,38
Aportes em participação e novos negócios	404.500.000,00
Total	1.709.922.208,95

Fonte de Recursos	(Em R\$)
Retenção do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	473.361.895,78
Recursos Próprios e de terceiros	1.236.560.313,17
Total	1.709.922.208,95

16 Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

(a) informar o montante destinado a reserva

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$162.941.719,84 à reserva de incentivos fiscais.

(b) explicar a natureza da destinação

O montante destinado a reserva de incentivos fiscais é constituído mediante a parcela reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em função dos seguintes eventos:

- como realização de parte da parcela do imposto de renda destinada ao incentivo fiscal de reinvestimento na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com base na proporção da depreciação da vida útil do ativo relacionado objeto do incentivo no montante de R\$412.295,05; e
- do benefício concedido pela União Federal (Emenda Constitucional 123/22), através de repasse aos Estados, da outorga de créditos tributário de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) a produtores e distribuidores de etanol hidratado, associado a benefícios fiscais concedidos por Estados na forma de créditos presumidos, no montante de R\$162.529.424,79.

**ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA**

*(nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme
Resolução da CVM nº 80/2022)*

7.3 - Composição e experiência profissional dos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal

As informações abaixo referem-se aos candidatos aos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia indicados pela administração da Companhia.

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
David Zylbersztajn	09/12/1954	Pertence ao Conselho de Administração	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	N/A
465.004.057-49	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	N/A
Membro do Comitê de Pessoas					
Rinaldo Pecchio Junior	05/03/1962	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	15/04/2021
057.467.688-04	Economista	45 - C.F.(Efetivo)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	100% ⁽²⁾
Não aplicável.					
Walbert Antonio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	15/04/2021
867.321.888-87	Contador	48 - C.F.(Suplent)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	100% ⁽²⁾

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidos na Companhia

Não aplicável.

- (1) Cumpre destacar que a data de posse acima indicada é apenas indicativa. Caso o referido candidato seja eleito, a sua efetiva data de posse será devidamente indicada no Formulário de Referência, nos termos da regulamentação aplicável.
- (2) Refere-se ao percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, em razão do cargo atualmente ocupado.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

David Zylbersztajn - 465.004.057-49

Engenheiro Mecânico e Mestre em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ e Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble, na França. Foi Diretor-Geral da ANP – Agência Nacional do Petróleo de janeiro de 1998 até outubro de 2001 e Secretário de Energia do Estado de São Paulo, de janeiro de 1995 até janeiro de 1998. Além de experiência como docente da Unicamp, USP e PUC-RJ, ocupou cargos em diversos Conselhos de Administração como Banco do Brasil, Light, ENEVA, Eletropaulo, CPFL e Comgas.

O Sr. David Zylbersztajn declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. David Zylbersztajn declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Rinaldo Pecchio Junior - 057.467.688-04

Graduado em Economia, pela Unicamp, em 1985 e em Contabilidade, pela PUCAMP, em 1989, com MBA em finanças, pelo IBMEC. Cursos de atualização e desenvolvimento gerencial nos Estados Unidos com professores da Harvard Business School, Tuck School of Business (1993-1998) e desenvolvimento profissional na Europa com professores do IMD (International Institute for Management Development) – Suíça (2005 – 2008). Prêmio Equilibrista 2008, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Campinas e professor convidado do MBA do Setor Elétrico da Fundação Getúlio Vargas. Desde março de 2019, atua como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores no Centro de Tecnologia Canavieira – CTC, Setor de Biotecnologia. Foi Diretor Financeiro, de Relações com Investidores, Suprimentos & Logística, da ISA CTEEP e Controladas, do Grupo ISA da CTEEP (TRPL4), IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IEMG, Evrecy) – Setor de Transmissão de energia (Dez/2013 a mar/2019); Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores da AES Brasil (AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê e Uruguaiana) – setor de serviços (Dez/2005 a Nov/2013); Diretor Executivo de Finanças e Business Transformation na Tetra Pak Ltda. – setor industrial (Nov/2005 – Dez/2009); Foi Controller, Gerente de Tesouraria

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

e Relações com Investidores e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. - setor de serviços (Abr/1999 a Nov/2005) e Gerente de Contabilidade Corporativa na Champion Papel e Celulose Ltda. (atual International Paper) – setor industrial (Set/1989 a Set/1998).

O Sr. Rinaldo Pecchio Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rinaldo Pecchio Junior declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Walbert Antonio dos Santos - 867.321.888-87

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Visconde de Cairu, em 1996. Atualmente, atua como consultor empresarial independente, principalmente nas áreas de varejo (Grupo Pereira com sede em São Paulo e atuação principalmente no Centro Oeste) e Educação (Escolas Morumbi Sul, com atuação em São Paulo) e, desde 2017, é membro de conselho fiscal do Magazine Luiza e conselheiro independente das Clínicas Clivale, empresa familiar sediada em Salvador. Atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, entre 1980 até 2002, na Arthur Andersen & CO, onde atuou como Sócio Internacional nos últimos seis anos; no período entre 2001 e 2015, foi Sócio de auditoria da Deloitte Touche Thomatsu.

O Sr. Walbert Antonio dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Walbert Antonio dos Santos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Tipo de Condenação**Descrição da Condenação**

David Zylbersztajn - 465.004.057-49

N/A

Rinaldo Pecchio Junior - 057.467.688-04

N/A

Walbert Antonio dos Santos - 867.321.888-87

N/A

7.4 - Composição dos comitês

As informações abaixo referem-se ao candidato ao cargo do Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, a Companhia esclarece que não há previsão de eleição dos candidatos ao Conselho Fiscal para quaisquer comitês de assessoramento da Companhia.

Nome	Tipo de comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo mandato
CPF	Descrição comitês outros	Profissão	Descrição cargos ocupados outros	Data de eleição	Número de mandatos consecutivos	Percentual de participações nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
David Zylbersztajn	Comitê de Pessoas	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	09/12/1954	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024
465.004.057-49	N/A	Engenheiro Mecânico	-	27/04/2023	0	N/A

Candidato a membro independente do Conselho de Administração

⁽¹⁾ Cumpre destacar que a data de posse acima indicada é apenas indicativa. Caso o referido candidato seja eleito, a sua efetiva data de posse será devidamente indicada no Formulário de Referência, nos termos da regulamentação aplicável.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

David Zylbersztajn - 465.004.057-49

Engenheiro Mecânico e Mestre em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ e Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble, na França. Foi Diretor-Geral da ANP – Agência Nacional do Petróleo de janeiro de 1998 até outubro de 2001 e Secretário de Energia do Estado de São Paulo, de janeiro de 1995 até janeiro de 1998. Além de experiência como docente da Unicamp, USP e PUC-RJ, ocupou cargos em diversos Conselhos de Administração como Banco do Brasil, Light, ENEVA, Eletropaulo, CPFL e Comgas.

O Sr. David Zylbersztajn declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. David Zylbersztajn declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
David Zylbersztajn - 465.004.057-49	N/A

7.5 – Relações familiares

Não aplicável, tendo em vista que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) (i) o candidato ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) os atuais administradores da Companhia; (b) (i) o candidato ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) o candidato ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) (i) o candidato ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Não aplicável, tendo em vista que não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato ao Conselho de Administração e controladas, controladores e outros.

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO INDICADO A
CONSELHEIRO INDEPENDENTE**

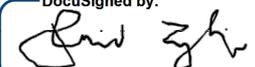
(este anexo inicia-se na próxima página)

**DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE MEMBRO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AUSÊNCIA DE
CONDENAÇÃO E EXPOSIÇÃO POLÍTICA**

Eu, **DAVID ZYLBERSZTAJN**, brasileiro, natural da cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, casado, engenheiro mecânico, portador da identidade nº 16486447 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 465.004.057-49, declaro, para fins de cumprimento dos critérios de independência previstos no §1º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado, que (i) não sou acionista controlador direto ou indireto da Vibra Energia S.A. (“Companhia”); (ii) não tenho meu direito de voto vinculado a Acordo de Acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau dos acionistas controladores ou de administrador da Companhia; e (iv) não fui, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador. Declaro, ainda, para fins de enquadramento como conselheiro independente, que não se verificam quaisquer das hipóteses previstas no §2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3. Diante disso, declaro estar apto a tomar posse do cargo de membro independente do Conselho de Administração da VIBRA ENERGIA S.A., nos termos exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, declaro, para todos os fins de direito, que (i) nos últimos cinco anos, não estive sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou Pessoa Politicamente Exposta nos termos do disposto na Instrução da CVM nº 617/2019, por não me enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023.

DocuSigned by:

0BB5339E0FB2405C
DAVID ZYLBERSZTAJN

ANEXO I - FORMULÁRIO**Cadastro de Requisitos Adicionais de Integridade da Vibra Energia para Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Membros Externos dos Comitês Estatutários de Assessoramento do Conselho de Administração e Titulares da Estrutura Geral**

INFORMAÇÕES DA POSIÇÃO PRETENDIDA	
POSIÇÃO PRETENDIDA: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	
EMPRESA: VIBRA ENERGIA S.A.	
ATRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO:	
MANDATO ESTATUTÁRIO x FUNÇÃO GERENCIAL <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>	

INFORMAÇÕES DO CANDIDATO	
NOME: David Zylbersztajn	Matrícula:
CPF: 465.004.057-49	
Estado Civil: casado	Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico
RG: 16486447	Data de emissão/Órgão Expedidor: 14/01/2021 / SSP SP
Data de Nascimento: 09/12/1954	Naturalidade (Município/UF): Niteroi/RJ
Nome do Pai: Abram Zylbersztajn	
Nome da Mãe: Elizabeth Zylbersztajn	
Responsável pela indicação ¹ : Conselho de Administração	
Aos cuidados de ² : Flavia Rita R. Q. Tanabe	

¹ Campo para uso de indicados Vibra Energia.

² Campo para uso de indicados Vibra Energia, devendo ser preenchido o nome, função e chave da pessoa autorizada a receber o relatório e dar seguimento ao fluxo junto aos órgãos responsáveis. Destacamos que o delegado receberá

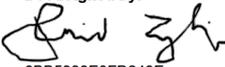
senha pessoal e intransferível para acessar o conteúdo do relatório. Compete a ele zelar pela segurança das informações.

Requisitos Adicionais de Integridade	
I) Regularidade Cadastral – CPF	
Possui CPF com status “Nulo” na base de dados da Receita Federal.	() Sim (x) Não
II) Participação Empresarial	
Possui participação societária relevante em sociedades limitadas (art. 1.099 do Código Civil) e anônimas de capital fechado (art. 243, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76), que constem no cadastro da Vibra Energia e que tenham transacionado na condição de fornecedor, cliente, entidade patrocinada, consorciada ou conveniada, com a controladora ou com a Vibra Energia, suas subsidiárias, controladas e coligadas, nos últimos 3 (três) anos.	() Sim (x) Não
Deteve o controle ou participou de órgão estatutário de pessoa jurídica em recuperação judicial, falida ou insolvente, no período de 5 (cinco) anos anteriores à data de sua eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial.	() Sim (x) Não
III) Histórico em Investigação Interna / Sanções Disciplinares	
Foi enquadrado no sistema de consequência ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.	() Sim (x) Não
Possui falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Programa de Prevenção da Corrupção ou outros normativos internos relacionados nos últimos 3 (três) anos, quando aplicável.	() Sim (x) Não
IV) Destaques de Auditoria	
É responsável por não conformidades apontadas em relatórios trimestrais de Auditoria Interna que estejam pendentes de regularização por mais de 2 anos.	() Sim (x) Não
V) Pendências comerciais e financeiras	
Possui pendências financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, salvo se regularizadas ou se estiverem em discussão judicial ou por intermédio de órgão de defesa do consumidor na data da indicação.	() Sim (x) Não
Possui débito tributário federal, estadual ou municipal, salvo se estiver em discussão judicial ou administrativa na data da indicação.	() Sim (x) Não

VI) Processos judiciais e/ou administrativos	
Foi condenado, em segunda instância, em processo criminal, no Brasil ou no exterior, relacionado à atividade a ser exercida.	() Sim (x) Não
Possui contra si processos judiciais, no Brasil ou no exterior, com acórdão desfavorável em segunda instância, em qualquer esfera que não a criminal, desde que relacionados à atividade a ser desempenhada.	() Sim (x) Não
Foi multado em decisão definitiva no âmbito de órgãos externos de fiscalização, regulação e controle nos últimos 5 anos.	() Sim (x) Não
VII) Indicação em cargos em Conselhos de Administração ou Fiscal da controladora e das subsidiárias, controladas e coligadas da Vibra Energia S.A.	
Atualmente, participa de 3 ou mais cargos em Conselhos de Administração ou Fiscal das subsidiárias, controladas e coligadas da Vibra Energia S.A. ^(a) ?	() Sim (x) Não
Atualmente, recebe remuneração em 2 (dois) Conselhos de Administração ou Fiscal de subsidiárias, controladas e coligadas da Vibra Energia S.A. ^(a) ?	() Sim (x) Não
VIII) Relações pessoais	
Possui ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ocupando cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal da Companhia?	() Sim (x) Não
IX) Candidatura a mandato público eletivo	
É candidato a mandato público eletivo ou tornou pública sua pretensão à candidatura?	() Sim (x) Não

^(a) Cada indicado somente poderá participar, concomitantemente, em até 3 (três) Conselhos de Administração ou Fiscal da controladora e das subsidiárias, controladas e coligadas da Vibra Energia, sendo vedada a indicação para participação remunerada em mais de 2 (dois) Conselhos de Administração ou Fiscal de empresas estatais federais ou de subsidiárias, controladas e coligadas da Vibra Energia. Essa vedação não se aplica quando o indicado ocupar cargo de administração ou fiscal em sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas da Vibra Energia.

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

DocuSigned by:

6BB5338E0FD249E...

Rio de Janeiro, 08/03/2023

David Zylbersztajn

ANEXO VI – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(nos termos do artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/2022)

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A descrição qualitativa da política ou prática de remuneração da Companhia, conforme vigente na presente data, é apresentada abaixo por órgão da sua administração e pelo Conselho Fiscal, conforme abaixo.

Diretoria

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Em 17 de junho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Remuneração Alta Administração e Vice-Presidentes, que está disponível no *website* da Companhia (<https://ri.vibraenergia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>) (“Política”). Os objetivos da Política visam a reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função e a competência.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Vice-Presidência de Gente e Gestão para a remuneração fixa e variável da Diretoria Executiva. Após a manifestação deste comitê, a proposta é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

É atribuída ao Presidente remuneração individual superior à remuneração dos demais membros da Diretoria Executiva. São observadas as práticas de mercado para fixação das remunerações dos membros da Diretoria Executiva.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A Política, publicada em 17 de junho de 2022, poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração, especialmente no caso de alteração relevante nas leis ou nos regulamentos aplicáveis à Companhia.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou pró-labore: remuneração mensal fixa, praticada para os membros da Diretoria Executiva, como retribuição pelos serviços prestados,
- Benefícios diretos e indiretos: visam a contribuir com a qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo, assistência à saúde;
- Incentivo de curto prazo: programa baseado no atingimento de metas da Companhia e das Diretorias;

- Incentivo de longo prazo: remuneração baseada em opções para compra de ações, ações restritas e pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa;
- Benefícios pós-emprego: visam a contribuir com a qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo plano de previdência. Para os diretores não estatutários, contratados por regime previsto na Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT), estão previstos também auxílio alimentação e Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2022	2021	2020
Remuneração fixa mensal			
Salário ou pró-labore	25,73%	30,11%	58,98%
Benefícios diretos e indiretos	0,88%	0,49%	1,97%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	35,42%	36,27%	24,45%
Benefícios pós-emprego	2,27%	1,90%	5,51%
Cessação do exercício do cargo	9,64%	10,18%	0,00%
Remuneração baseada em ações	26,06%	21,05%	9,09%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou pró-labore: o valor foi aprovado em Assembleia Geral. Foram previstos o agrupamento da remuneração fixa dos administradores no P50 (percentil 50%) de mercado e, baseado nos desafios da Companhia o pacote remuneratório total ficou fixado no P90 (percentil 90%) do mercado, fazendo parte dessa remuneração total os incentivos de curto e de longo prazo. Não existe metodologia única de cálculo e reajuste. Para o ciclo de 2022, o Conselho de Administração aprovou o realinhamento da remuneração da Diretoria Executiva, em decorrência de projeto conduzido com a Korn Ferry, renomada consultoria de Remuneração, revisando o posicionamento da remuneração fixa dos membros da Diretoria Executiva para P75 (percentil 75) de mercado. Para o ciclo de 2023, os reajustes aplicáveis a salário e pró-labore serão ajuste de mercado e inflação, sendo que, a forma de reajuste não necessariamente será igual dentre os membros.
- Incentivo de curto prazo: múltiplo salarial pago de acordo com a curva de atingimento de metas da Companhia e das Diretorias;
- Incentivo de longo prazo: remuneração baseada em opções de compra de ações, ações de performance, ações restritas e pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa. Para o ciclo de 2022, a administração da Companhia aprovou o plano de ações de performance e plano de ações restritas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 (“**AGOE 2022**”), para integrarem o pacote de incentivos de longo prazo da Companhia, junto com o plano de opções de compra de ações e o plano de *matching*;

- Benefícios diretos e indiretos: corresponde à assistência à saúde, para a qual não existe metodologia única de cálculo e reajuste;
- Benefícios pós-emprego: não existe metodologia única de cálculo e reajuste para a contribuição ao plano de previdência, sendo atualmente limitado a 11% da remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, bem como busca promover o reconhecimento dos esforços dos administradores da Companhia e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas por referenciais de mercado.

(v) membros não remunerados

Não aplicável, visto que todos os membros da Diretoria Executiva são remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- Salário ou pró-labore: remuneração fixa sem indicador vinculado;
- Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado;
- Incentivo de curto prazo: indicadores de atingimento de resultados da Companhia e das Diretorias;
- Incentivo de longo prazo: a partir de 2022, com a implantação do plano de ações de performance, aprovado pela AGOE 2022, o Conselho de Administração elegerá, a cada programa, dois ou mais indicadores e respectivas metas, dentre os indicadores corporativos aprovados no Plano de Negócios plurianual da Companhia, tais como, exemplificativamente: *market-share*; EBITDA (R\$/m3 ou R\$/Mw); *return on capital employed* (ROCE);
- Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

Conselho de Administração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da Política visam a reconhecer e remunerar os membros do Conselho de Administração da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Vice-presidência de Gente e Gestão para a remuneração fixa e variável da Diretoria Executiva. Após a manifestação deste comitê, a proposta é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

É atribuída ao Presidente do Conselho de Administração remuneração individual superior a dos demais membros do Conselho, sendo observadas as práticas de mercado para fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A Política, publicada em 17 de junho de 2022, poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração, especialmente no caso de alteração relevante nas leis ou nos regulamentos aplicáveis à Companhia.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho de Administração como retribuição pelos serviços prestados;
- Participação em comitês: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho de Administração que compõem os comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração;
- Incentivo de longo prazo: remuneração baseada em opções para compra de ações.

(ii) em relação aos 2 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2022	2021	2020
Remuneração fixa mensal			
Salário ou pró-labore	46,76%	60,72%	74,07%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	10,45%	17,65%	25,93%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do exercício do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração baseada em ações	42,79%	21,63%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou pró-labore: o valor foi aprovado em Assembleia Geral. Foi previsto o agrupamento da remuneração fixa dos administradores no P50 (percentil 50%) de mercado, não sendo previsto reajuste para o período entre abril de 2023 e março de 2024;
- Participação em comitês: equivalente a um valor percentual do salário ou pró-labore percebido pelo membro do Conselho de Administração;
- Incentivo de longo prazo: remuneração baseada em opções para compra de ações.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca promover o reconhecimento dos seus esforços.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

Conselho Fiscal

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da Política visam a reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função e a competência.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Vice-presidência de Gente e Gestão para a remuneração fixa e variável da Diretoria Executiva. Após a manifestação deste comitê, a proposta é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

É atribuída ao Presidente do Conselho de Administração remuneração individual superior a dos demais membros do Conselho, sendo observadas as práticas de mercado para fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A presente Política, publicada em 17 de junho de 2022 poderá ser revista por deliberação do Conselho de Administração, especialmente no caso de alteração relevante nas leis ou nos regulamentos aplicáveis à Companhia

(c) composição da remuneração:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Salário ou pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho Fiscal como retribuição pelos serviços prestados.

(ii) em relação aos 2 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2022	2021	2020
Remuneração fixa mensal			
Salário ou pró-labore	100,00%	100,00%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do exercício do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Salário ou pró-labore: a metodologia do cálculo da remuneração observou a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e referenciais de mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia busca promover o reconhecimento dos seus esforços.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que todos os membros titulares do quadro atual do Conselho Fiscal da Companhia são remunerados. Os membros suplentes do Conselho Fiscal têm direito à remuneração mensal apenas quando praticam atos formais no efetivo exercício de suas funções.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Riscos e Financeiro e Comitê de Pessoas

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da Política visam a reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função e a competência.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Cabe ao Comitê de Pessoas analisar as propostas levadas pela Vice-presidência de Gente e Gestão para a remuneração fixa e variável da Diretoria Executiva. Após a manifestação deste comitê, a proposta é apreciada pelo Conselho de Administração. Por fim, a remuneração global dos administradores é submetida para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O Coordenador de cada Comitê, por possuir atribuições específicas e demandar maior dedicação, recebe um valor diferenciado de remuneração fixa em relação aos demais membros.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A presente Política, publicada em 17 de junho de 2022, poderá ser revista por deliberação do Conselho de Administração, especialmente no caso de alteração relevante nas leis ou nos regulamentos aplicáveis à Companhia

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração como retribuição pelos serviços prestados.

(ii) em relação aos 2 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, pode ser verificada na tabela abaixo.

Composição da Remuneração	2022	2021	2020
Remuneração fixa mensal			
Salário ou pró-labore	100%	100%	100%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do exercício do cargo	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100%	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Honorários: a metodologia do cálculo dos honorários baseou-se em referenciais de mercado para o exercício social vigente.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração considera a responsabilidade legal e estatutária dos membros de tais comitês.

(v) A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que todos os membros dos comitês estatutários são remunerados, tanto os que integram o Conselho de Administração quanto os eventuais membros externos dos Comitês, que não integram o Conselho de Administração.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (31/12/2023) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.280.000,00	12.207.002,01	810.000,00	21.297.002,01
Benefícios diretos e indiretos	0,00	899.734,57	0,00	899.734,57
Participação em comitês	2.070.000,00	0,00	0,00	2.070.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	25.008.948,72	0,00	25.008.948,72
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	1.342.770,22	0,00	1.342.770,22
Cessação do cargo	0,00	4.313.179,00	0,00	4.313.179,00
Baseada em ações, incluindo opções	4.145.655,27	15.568.808,69	0,00	19.714.463,96
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2023 a março de 2024, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados:	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2023 a março de 2024, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados:	Os valores e quantitativos correspondem ao projetado para abril de 2023 a março de 2024, de modo que as informações aqui descritas estejam em linha com os montantes globais a serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023. O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados:	-

	considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente. Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	
Total da remuneração	14.495.655,27	59.340.443,21	810.000,00	74.646.098,49

Remuneração reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,67	3,00	16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.280.000,00	9.192.284,23	810.000,00	18.282.284,23
Benefícios diretos e indiretos	0,00	315.521,43	0,00	315.521,43
Participação em comitês	1.850.850,00	0,00	0,00	1.850.850,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	12.652.507,14	0,00	12.652.507,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	809.721,90	0,00	809.721,90
Cessação do cargo	0,00	3.443.236,00	0,00	3.443.236,00
Baseada em ações, incluindo opções	7.576.714,50	9.307.615,97	0,00	16.884.330,47
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2022, em	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2022, em	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2022, em	-

	<p>atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2022 a março de 2023.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	<p>atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2022 a março de 2023.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023 CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	<p>atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2022 a março de 2023.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	
Total da remuneração	17.707.564,50	35.720.886,67	810.000,00	54.238.451,17

Remuneração reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	9,00	4,67	3,00	16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.279.000,00	8.133.000,01	778.500,00	17.190.500,01
Benefícios diretos e indiretos	0,00	132.117,77	0,00	132.117,77
Participação em comitês	2.406.000,00	0,00	0,00	2.406.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.796.854,00	0,00	9.796.854,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	512.700,00	0,00	512.700,00
Cessação do cargo	0,00	2.750.000,00	0,00	2.750.000,00
Baseada em ações, incluindo opções	2.949.043,90	5.686.005,66	0,00	8.635.049,56
Observação	<p>Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2021, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2021 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2021 a março de 2022.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p>	<p>Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2021, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2021 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2021 a março de 2022.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p>	<p>Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2021, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022.</p> <p>No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2021 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o período de abril de 2021 a março de 2022.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - Nº membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - Nº membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p>	-

	Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.	
Total da remuneração	13.634.043,90	27.010.677,44	778.500,00	41.423.221,34

Remuneração reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	3,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.235.317,36	8.917.164,10	712.586,88	17.865.068,34
Benefícios diretos e indiretos	0,00	298.542,70	0,00	298.542,70
Participação em comitês	2.883.547,92	0,00	0,00	2.883.547,92
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.696.966,48	0,00	3.696.966,48
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos valores pagos do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA.	-	-
Pós-emprego	0,00	832.380,21	0,00	832.380,21
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	1.374.188,83	0,00	1.374.188,83
Observação	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração	Os valores e quantitativos correspondem ao período de janeiro a dezembro de 2020, em atenção às informações exigidas pela Resolução da CVM nº 80/2022. No entanto, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2020 aprovou a remuneração	-

	<p>global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - N° membros total: média anual do nº de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente; - N° membros remunerados: considera apenas os membros do Conselho de Administração aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho de Administração apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	<p>global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - N° membros total: média anual do nº de membros da Diretoria Estatutária apurado mensalmente; - N° membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados da Diretoria Estatutária apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	<p>global dos administradores (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril de 2020 a março de 2021.</p> <p>O número de membros total e de membros remunerados foi apurado conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP: - N° membros total: média anual do nº de membros do Conselho Fiscal apurado mensalmente; - N° membros remunerados: considera apenas aqueles aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício e corresponde à média anual do nº de membros remunerados do Conselho Fiscal apurado mensalmente.</p> <p>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</p>	
Total da remuneração	11.118.865,28	15.119.242,32	712.586,88	26.950.694,48

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsto para 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	9.075.492,97	0,00	9.075.492,97
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	25.008.948,72	0,00	25.008.948,72
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	16.750.687,51	0,00	16.750.687,51
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	4,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	9.913.298,40	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16.883.222,40	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	12.808.800,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	12.652.507,14	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	0,00	4,67	0,00	4,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.798.656,00	0,00	4.798.656,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.324.920,00	0,00	13.324.920,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	10.164.000,00	0,00	10.164.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	9.796.854,00	0,00	9.796.854,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.590.200,00	0,00	5.590.200,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11.180.400,00	0,00	11.180.400,00

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	10.164.000,00	0,00	10.164.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	3.696.966,48	0,00	3.696.966,48

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Planos de remuneração que contemplam a concessão de opções e/ou a entrega de ações

No âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 (“**AGOE 2022**”), foram aprovados os Plano de Ações de Performance (“**Plano de Performance**”) e Plano de Ações Restritas, sem condição de matching (“**Plano de Ações Restritas**”) e, em conjunto com o Plano de Opções, o Plano de Matching e o Plano de Performance, os “Planos” compondo o Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações (“**Plano de Opções**”) e o Plano de Ações Restritas – Programa de Matching Shares (“**Plano de Matching**”).

Plano de Opções

(a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de Opções administradores, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por um o comitê criado ou indicado para assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de Opções (“**Comitê**” e “**Participantes**”, respectivamente).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 28 de julho de 2020, no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos participantes do Plano de Opções opções representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total (*fully diluted*) da Companhia na data de sua aprovação, sendo certo que também estão incluídas nesse limite as ações outorgadas no âmbito do Plano de *Matching*. Se qualquer opção outorgada no âmbito do Plano de Opções for cancelada sem ter sido exercida pelo Participantes, tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas.

Considerando a aprovação do Plano de Performance e Plano de Ações Restritas, o limite de 2% (dois por cento) acima referido passou a ser sobre o capital social da Companhia em 28 de abril de 2022 e passou a envolver todos os Planos aprovados. Se qualquer opção ou ação outorgada no âmbito dos Planos for cancelada sem ter sido exercida pelo ou entregue aos Participantes, tais opções ou ações tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

As Opções que vierem a ser outorgadas no âmbito do Plano de Opções não poderão resultar na efetiva entrega de ações da Companhia em quantidade superior a 2% do capital social da Companhia, observado o disposto no item (c) acima.

(e) condições de aquisição de ações

A outorga de Opções nos termos do Plano de Opções deve ser realizada mediante a aprovação de programas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (“**Programas**”) e a celebração de Contratos de Opção de Compra de Ações (“**Contratos de Opção**”) entre a Companhia e os Participantes selecionados. Os Programas e Contratos de Opção deverão estabelecer o prazo de carência (*vesting*) e as demais condições aplicáveis, podendo inclusive estabelecer metas de performance da Companhia, após o qual as Opções tornar-se-ão aptas a exercício.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções (“**Preço de Exercício**”) será definido pelo Conselho de Administração em cada Programa, considerando uma média de cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ponderada pelo volume de negociação, em determinado número de pregões anteriores à data de outorga das Opções. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar se o Preço de Exercício será ajustado por dividendos, juros sobre capital próprio e/ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre data de outorga das Opções e a data de exercício das Opções.

Tendo em vista a natureza remuneratória do Plano de Opções, a Companhia irá promover a retenção na fonte dos tributos incidentes sobre as ações a serem entregues em decorrência do exercício das Opções, de acordo com a legislação aplicável e/ou orientação das autoridades tributárias, podendo reter Opções do Participante, reduzir a quantidade de ações a ser entregue ao Participante ou adotar qualquer outra mecânica a ser definida pelo Conselho de Administração para essa finalidade.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício será definido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Opção.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano de Opções, a Companhia poderá, a critério do conselho de administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou vender Ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 77**”).

Ainda, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar as Opções exercidas em dinheiro, mediante o pagamento do delta positivo entre o Preço de Exercício e o valor de mercado da ação da Companhia na B3, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer tributos aplicáveis.

(i) restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos termos do Plano de Opções são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia que resulte em impactos à Companhia decorrentes da vigência do Plano poderá ensejar a revisão integral do Plano de Opções.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano de Opções, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às Opções, de modo que os direitos conferidos ao Participante de acordo com o Plano de Opções poderão ser extintos ou modificados.

Plano de *Matching*

(a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de *Matching* administradores, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por um o comitê criado ou indicado para assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de *Matching* (“**Comitê**” e “**Participantes**”, respectivamente).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 28 de julho de 2020, no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de *Matching*, ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (*fully diluted*), na data de aprovação do Plano de *Matching*, sendo certo que também estão incluídas nesse limite as opções outorgadas no âmbito do Plano de Opções.

Considerando que o Plano de Performance e Plano de Ações Restritas foram aprovados, o limite de 2% (dois por cento) acima referido passou a ser sobre o capital social da Companhia em 28 de abril de 2022 e passou a envolver todos os Planos aprovados. Se qualquer opção ou ação outorgada no âmbito dos Planos for cancelada sem ter sido exercida pelo ou entregue aos Participantes, tais opções ou ações tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. O Plano de *Matching* não prevê a entrega de opções.

(e) condições de aquisição de ações

O Plano de *Matching* exige o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo Participante (“**Verbas Autorizadas**”) na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, que deverão ser adquiridas até a data de outorga e integralmente mantidas sob plena e legítima titularidade e propriedade do Participante por todo o período compreendido entre a data de outorga e o terceiro aniversário da data de outorga (“**Ações Próprias**”), como condição para que a Companhia outorgue ações de *matching* (“**Ações de Matching**”), sendo uma quantidade de Ação de Matching para cada Ação Própria adquirida pelo Participante com as Verbas Autorizadas. A outorga de Ações de Matching é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os Participantes (“**Contratos de Outorga**”).

Assim, os direitos dos Participantes em relação às Ações de *Matching*, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os Participantes (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente; e (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as Ações Próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da Data de Outorga, quando 100% das Ações de *Matching* serão vestidas.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano de *Matching* estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano de *Matching* e nos respectivos Contratos de Outorga, as ações serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem o pagamento de qualquer preço de aquisição ou exercício.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os Participantes (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, e (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as Ações Próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da Data de Outorga, quando 100% das Ações de *Matching* serão vestidas. Quando superado este período de carência (*vesting*), e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Contratos de Outorga, as ações serão transferidas pela Companhia ao Participante.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga das ações de *Matching*, nos termos do Plano de *Matching*, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Resolução CVM 77. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações de *Matching* em dinheiro.

(i) restrições à transferência das ações

O Contrato de Outorga poderá impor restrições à transferência das Ações de *Matching*, bem como poderá também reservar para a Companhia opções de recompra a valor de mercado e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelos Participante dessas mesmas Ações de *Matching*.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de *Matching* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de Ações de *Matching* realizadas anteriormente à extinção do Plano de *Matching* permanecerão em vigor. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia poderá ensejar a revisão integral do Plano de *Matching*.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano de *Matching*, cada Programa e Contrato de Outorga deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às Ações de *Matching*, de modo que os direitos conferidos ao Participante de acordo com o Plano de *Matching* poderão ser extintos ou modificados.

A seguir, são apresentadas as informações relativas a este item 8.4 aplicável ao Plano de Performance e ao Plano de Ações Restritas, cuja aprovação foi deliberada pela AGOE 2022.

Plano de Performance

(a) termos e condições Gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de Performance diretores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo Comitê de Pessoas, conforme aplicável (“**Comitê**” e “**Participantes**”, respectivamente).

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 28 de julho de 2020, no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos participantes dos Planos opções ou ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total (*fully diluted*) da Companhia em 28 de abril de 2022. Se qualquer opção ou ação outorgada no âmbito dos Planos for cancelada sem ter sido exercida pelo ou entregue aos Participantes, tais opções ou ações tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. O Plano de Performance não prevê a entrega de opções.

(e) condições de aquisição de ações

Para fins da aquisição do direito à totalidade das Ações de Performance outorgadas, deverão ser cumpridas duas condições: (i) os Participantes deverão permanecer continuamente vinculados como diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, até o término do prazo de carência de no mínimo 3 (três) anos contados da data de outorga; e, cumulativamente, (ii) ao final do Período de Carência, a Companhia deverá ter atingido, em determinado grau, metas de performance a respeito dos indicadores selecionados pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa. A depender do grau atingimento das metas estabelecidas, o Participante receberá um percentual das Ações de Performance outorgadas, que poderá variar entre 33,3% e 200%, a depender da régua de desempenho definida.

Enquanto os direitos às Ações de Performance não forem plenamente adquiridos, observadas as condições descritas acima, os Participantes não terão nenhum direito ou prerrogativa na qualidade de acionistas da Companhia com relação a tais Ações de Performance, em especial o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às ações.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações de Performance efetivamente entregues ao Participante, podendo também reservar à Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas ações, conforme vier a ser previsto nos respectivos Contratos de Outorga.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano de Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. Não é necessário qualquer desembolso pelos Participantes para o recebimento das ações de emissão da Companhia, observadas as condições aplicáveis para a aquisição do direito.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A efetiva entrega de Ações de Performance aos Participantes não requer qualquer manifestação de exercício por parte dos Participantes. Ao final do período de carência, o Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas verificará o atingimento da condição de performance fixada no Programa, conforme regras do Plano, e deverá transferir as ações a que os Participantes fazem jus a receber, após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após o final do período de carência.

(h) forma de liquidação

Para a liquidação das ações cujo direito foi adquirido pelo Participante, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Resolução CVM 77, reduzindo-se a quantidade de ações a serem entregues aos Participantes para fins de retenção dos tributos aplicáveis.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações de Performance efetivamente entregues ao Participante, podendo também reservar à Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações de Performance, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Performance poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações poderá levar à revisão integral do Plano de Performance.

Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das Ações de Performance outorgadas a cada Participante.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto se previsto de forma diversa nos programa e/ou nos Contratos de Outorga, na hipótese de desligamento do Participante:

- (i) (a) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por meio de dispensa, destituição ou não recondução ao cargo por demissão por Justo Motivo: o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações de Performance outorgadas, restando automaticamente extintas na data de desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Participante;
- (ii) (a) por vontade da Companhia, por meio de dispensa, destituição ou não recondução ao cargo sem Justo Motivo; (b) por meio de acordo entre a Companhia e o Participante, incluindo aposentadoria acordada entre as partes; ou (c) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Participante (ou seus herdeiros ou sucessores legais, conforme o caso) fará(ão) jus a manter uma quantidade de Ações de Performance, sujeita a retenção de tributos, proporcional ao número de dias em que este trabalhou durante o Período de Carência, na proporção de $X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre a Data de Outorga. A Companhia apurará, ao final do Período de Carência, o grau de atingimento das metas de performance originalmente estabelecidas e aplicará o percentual de atingimento à quantidade pro rata do Target a que o Participante (ou seus herdeiros ou sucessores legais, conforme o caso) tem direito de manter, calculada nos termos acima, para se chegar à quantidade final de Ações de Performance devidas ao Participante (ou seus herdeiros ou sucessores legais, conforme o caso), as quais serão entregues na mesma data originalmente prevista no Contrato de Outorga. As demais Ações de Performance serão automaticamente extintas independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Participante.

Plano de Ações Restritas

(a) termos e condições Gerais

Poderão ser eleitos como participantes do Plano de Ações Restritas diretores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle, que venham a ser eleitos pelo Conselho de

Administração da Companhia ou pelo Comitê de Pessoas (“Comitê” e “Participantes”, respectivamente).

(b) data da aprovação e órgão responsável

Em 28 de julho de 2020 no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos participantes dos Planos opções ou ações representativas de, no máximo, 2% (dois por cento) do capital social total (*fully diluted*) da Companhia em 28 de abril de 2022. Se qualquer opção ou ação outorgada no âmbito dos Planos for cancelada sem ter sido exercida pelo ou entregue aos Participantes, tais opções ou ações tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. O Plano de Ações Restritas não prevê a entrega de opções.

(e) condições de aquisição de ações

Para fins da aquisição do direito à totalidade das Ações Restritas outorgadas, os Participantes deverão permanecer continuamente vinculados como diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, pelo período de carência de, no mínimo, 3 (três) anos contados da data de outorga, sendo permitida a aquisição do direito às Ações Restritas ao longo do período de carência.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano de Ações Restritas estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Outorga, as ações serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A efetiva entrega de Ações Restritas aos Participantes não requer qualquer manifestação de exercício por parte dos Participantes. O prazo para a efetiva transferência das ações a que os Participantes fazem jus a receber será fixado pelo Conselho de Administração no âmbito dos Programas.

(h) forma de liquidação

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. Para a liquidação das ações cujo direito foi adquirido pelo Participante, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Resolução CVM 77, reduzindo-se a quantidade de ações a serem entregues aos Participantes para fins de retenção dos tributos aplicáveis.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações de Restritas efetivamente entregues ao Participante, podendo também reservar à Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações Restritas poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações poderá levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das Ações Restritas outorgadas a cada Participante.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto se previsto de forma diversa nos programas e/ou nos Contratos de Outorga, na hipótese de desligamento do Participante:

- (i) (a) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por meio de dispensa, destituição ou não recondução ao cargo por demissão por Justo Motivo: o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas outorgadas, restando automaticamente extintas na data de desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Participante;
- (ii) (a) por vontade da Companhia, por meio de dispensa, destituição ou não recondução ao cargo sem Justo Motivo; (b) por meio de acordo entre a Companhia e o Participante, incluindo aposentadoria acordada entre as partes; ou (c) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Participante (ou seus herdeiros ou sucessores legais, conforme o caso) fará(ão) jus a manter uma quantidade de Ações Restritas, sujeita a retenção de tributos, proporcional ao número de dias em que este trabalhou durante o Período de Carência, na proporção de $X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre a Data de Outorga. As demais Ações Restritas serão automaticamente extintas independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Participante.

Pagamentos baseados em ação com liquidação em caixa:

Além dos Planos acima indicados, o Conselho de Administração aprovou a outorga de dois pagamentos baseados em ação com liquidação em caixa conforme detalhado abaixo:

Bônus de Contratação ao Diretor Presidente

Por ocasião da contratação do Diretor Presidente em 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração a concessão de bônus de contratação, sendo 50% em espécie e 50% a serem outorgados de acordo com as regras do Plano de Ações de Performance da Companhia.

Por ocasião da contratação do Diretor Presidente em 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração a outorga de um bônus de contratação cujo montante foi dividido pela média do valor das ações da Companhia no fechamento do pregão dos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à 25 de janeiro de 2021, de modo que foi determinada uma quantidade de ações virtuais outorgada ao Diretor Presidente. Condicionado à sua permanência ininterrupta como Diretor Presidente da Companhia pelo prazo de carência de 2 (dois) anos, este passará a ter direito ao recebimento de um valor consistente no preço médio da ação da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores ao término do prazo de carência, *multiplicado* pela quantidade de ações virtuais outorgada, *acrescido* do montante bruto dos proventos acumulados no período (como dividendos e/ou juros sobre capital próprio), descontados todos os tributos e deduções legais aplicáveis. O

bônus de contratação foi considerado uma antecipação parcial do incentivo de longo prazo outorgado ao Diretor Presidente em 2021, tendo sido deduzido do total de ILP de 2021. Em setembro de 2022 houve término de mandato do Diretor Presidente por motivo de renúncia. Desta forma, não houve o cumprimento da carência estabelecida no Bônus de Contratação, cabendo o encerramento deste programa.

Prêmio extraordinário aos Diretores – desempenho de 2021

Considerando o resultado da Companhia em 2021, o Conselho de Administração aprovou um prêmio extraordinário aos Diretores Executivos (com previsão de alterar a denominação no Estatuto para Diretores Vice-Presidentes) cujo montante foi dividido pela média do valor das ações da Companhia dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2021, e será pago pela Companhia em moeda corrente nacional considerando a cotação das ações da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2023. O prêmio poderá ser resolvido caso o beneficiário se desligue da Companhia, ou seja, dispensado de forma fundamentada. O valor do prêmio deve ser ajustado no caso de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações, assim como pelos dividendos e/ou juros sobre capital próprio por ação distribuídos pela Companhia no período compreendido entre a data de outorga e a data do pagamento, descontados todos os tributos e deduções legais aplicáveis.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, prevista para o exercício social corrente

Prevista para 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	21,30	20,10
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	19,15	18,30
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,23%	0,20%

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,67
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	18,81	18,76
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	21,17
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,23%	0,14%

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,67
Nº de membros remunerados	9,00	4,67
Preço médio ponderado de exercício		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A

(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,08%	0,11%

Remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não aplicável, tendo em vista que não houve remuneração baseada em ações, mediante outorga de opções de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social corrente (ainda em aberto)

Prevista para o exercício social corrente		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	27/04/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.201.688
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	27/04/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	27/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	4,85
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	5.828.185,84

Outorgas de opções de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,67
Data de outorga	28/04/2022	28/04/2022
Quantidade de opções outorgadas	588.234	1.193.243
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	28/04/2024	28/04/2025
Prazo máximo para exercício das opções	28/04/2027	28/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,59	4,50
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.669.994,06	5.369.593,50

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – 02/05/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00

N° de membros remunerados	2,00	0,00
Data de outorga	02/05/2022	N/A
Quantidade de opções outorgadas	431.372	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	02/05/2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	02/05/2027	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,59	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.979.997,48	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – 03/05/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	5,00
N° de membros remunerados	2,00	0,00
Data de outorga	03/05/2022	N/A
Quantidade de opções outorgadas	392.156	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	03/05/2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	03/05/2027	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,59	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.799.996,04	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – 05/05/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	5,00
N° de membros remunerados	1,00	0,00
Data de outorga	05/05/2022	N/A
Quantidade de opções outorgadas	196.078	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	05/05/2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	05/05/2027	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,59	N/A

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	899.998,02	N/A
--	------------	-----

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – 09/05/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	5,00
N° de membros remunerados	1,00	0,00
Data de outorga	09/05/2022	N/A
Quantidade de opções outorgadas	196.078	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	09/05/2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	09/05/2027	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,59	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	899.998,02	N/A

Outorgas de opções de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	4,67
N° de membros remunerados	3,00	3,72
Data de outorga	15/04/2021	15/04/2021
Quantidade de opções outorgadas	1.277.779	945.228
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15/04/2023	15/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	15/04/2026	15/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	6,48	6,39
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	8.280.008	6.040.007

Outorgas de opções de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada qualquer outorga de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Seguem abaixo informações acerca das opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária																																	
Nº total de membros	9,00	5,0																																	
Nº de membros remunerados	9,00	4,67																																	
Opções ainda não exercíveis																																			
Quantidade	2.673.478	1.610.271																																	
Data em que se tornarão exercíveis	196.078 opções, a partir de 09/05/2024 1.277.779 opções, a partir de 15/04/2023 588.234 opções, a partir de 28/04/2024 392.156 opções, a partir de 03/05/2024 431.372 opções, a partir de 02/05/2024 196.078 opções, a partir de 05/05/2024	474.147 opções, a partir de 31/07/2023 553.992 opções, a partir de 15/04/2024 582.132 opções, a partir de 28/04/2025																																	
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos a partir da data em que se tornarão exercíveis	3 anos a partir da data em que se tornarão exercíveis																																	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A																																	
Preço médio ponderado de exercício	21,30	21,10																																	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	196.078 opções possuíam valor justo unitário de R\$4,59 1.277.779 opções possuíam valor justo unitário de R\$6,48 588.234 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 4,59 392.156 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 4,59 431.372 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 4,59 196.078 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 4,59	474.147 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 7,36 553.992 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 6,39 582.132 opções possuíam valor justo unitário de R\$ 4,50																																	
Opções exercíveis																																			
Quantidade	0	0																																	
Prazo máximo para exercício das opções	0	0																																	
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0																																	
Preço médio ponderado de exercício	0	0																																	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0																																	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Opções</th> <th>Valor Justo (R\$)</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>196.078</td> <td>4,59</td> <td>899.998,02</td> </tr> <tr> <td>1.277.779</td> <td>6,48</td> <td>8.280.007,92</td> </tr> <tr> <td>588.234</td> <td>4,59</td> <td>2.699.994,06</td> </tr> <tr> <td>392.156</td> <td>4,59</td> <td>1.799.996,04</td> </tr> <tr> <td>431.372</td> <td>4,59</td> <td>1.979.997,48</td> </tr> </tbody> </table>	Opções	Valor Justo (R\$)	Total (R\$)	196.078	4,59	899.998,02	1.277.779	6,48	8.280.007,92	588.234	4,59	2.699.994,06	392.156	4,59	1.799.996,04	431.372	4,59	1.979.997,48	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Opções</th> <th>Valor Justo (R\$)</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>474.147</td> <td>7,36</td> <td>3.489.721,92</td> </tr> <tr> <td>553.992</td> <td>6,39</td> <td>3.540.008,88</td> </tr> <tr> <td>582.132</td> <td>4,50</td> <td>2.619.594,00</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>9.649.324,80</td> </tr> </tbody> </table>	Opções	Valor Justo (R\$)	Total (R\$)	474.147	7,36	3.489.721,92	553.992	6,39	3.540.008,88	582.132	4,50	2.619.594,00	Total	-	9.649.324,80
Opções	Valor Justo (R\$)	Total (R\$)																																	
196.078	4,59	899.998,02																																	
1.277.779	6,48	8.280.007,92																																	
588.234	4,59	2.699.994,06																																	
392.156	4,59	1.799.996,04																																	
431.372	4,59	1.979.997,48																																	
Opções	Valor Justo (R\$)	Total (R\$)																																	
474.147	7,36	3.489.721,92																																	
553.992	6,39	3.540.008,88																																	
582.132	4,50	2.619.594,00																																	
Total	-	9.649.324,80																																	

	196.078	4,59	899.998,02	
	Total	-	16.559.991,54	

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, visto que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.9 – Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, prevista para o exercício social corrente

Plano de Performance

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,165%

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Plano de Performance

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,67
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,02%

Plano de Matching

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,004%

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Bônus de contratação do Diretor Presidente

Previsto para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada qualquer outorga de ações pela Companhia aos seus administradores que tenha sido reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.10 – Outorga de ações

Outorgas de ações previstas para o exercício social corrente

Plano de Performance

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	27/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	843.716
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	27/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	15,46
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	13.043.842,81

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	N/A	01/02/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.083.493
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/02/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	15,69
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	17.000.005,17

Outorgas de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Plano de Performance

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	28/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	227.592
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	21,98
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	5.002.472,16

Plano de Ações Restritas – Programa de Matching Shares

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	5,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	N/A	28/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	41.650
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	21,27
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	885.895,50

Outorgas de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Plano de Ações Restritas – Programa de Matching Shares

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	4,67
N° de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	N/A	14/01/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	35.769
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	22,98
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	821.971,62

Bônus de contratação do Diretor Presidente

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	9,00	4,67
N° de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	16/03/2021
Quantidade de ações outorgadas	N/A	228.311
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	21,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	5.000.010,90

Prêmio Extraordinário aos Diretores – Desempenho 2021

Previsto para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,67
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	N/A	02/01/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	178.052
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/02/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	21,94
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	3.906.460,88

Outorgas de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada qualquer outorga de ações pela Companhia aos seus administradores que tenha sido reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.11 – Ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada nenhuma transferência de ações aos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.12 – Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

No âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de julho de 2020, foram aprovados o Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações (“**Plano de Opções**”) e o Plano de Ações Restritas – Programa de *Matching* (“**Plano de Matching**”).

No âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2022 (“**AGOE 2022**”), foram aprovados o Plano de Ações de Performance (“**Plano de Performance**”) e Plano de Ações Restritas, sem condição de *Matching* (“**Plano de Ações Restritas**”) e, em conjunto com o Plano de Opções, o Plano de *Matching* e o Plano de Performance, os “**Planos**”).

(a) modelo de precificação

Com relação ao Plano de Opções, o modelo de precificação é o Método Binomial:

- Divide o ciclo do plano em períodos fixos (padrão *Hay* de 1000 *steps*);
- A premissa do modelo é que a cada nó, o preço da ação poderá subir ou descer em função de uma probabilidade pré-determinada;
- As variáveis de cálculo são: Taxa Livre de Risco (SELIC), a volatilidade da ação, prazo de *vesting* e prazo e exercício;
- Resulta em um número finito de possibilidades de valor da ação ao final do plano; e
- O valor da ação é definido como o valor presente ponderado dos ganhos nos diferentes cenários.

Com relação ao Plano de *Matching*, Plano de Performance e Planos de Ações Restritas, a precificação corresponde ao valor da ação.

Por fim, com relação (i) ao prêmio extraordinário aos Diretores, a precificação corresponde à média de 30 pregões anteriores à outorga; e (ii) ao bônus de contratação ao Diretor Presidente, a precificação corresponde à média de 30 pregões anteriores 25 de janeiro de 2021.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Com relação ao Plano de Opções:

	Programa SOP 2023	Programa SOP 2022	Programa SOP 2021
Método de Cálculo	Binomial	Binomial	Binomial
Preço de exercício na outorga (*)	15,46(**)	23,02	21,73
Taxa de juros livre de risco	13,75% (**)	12,86%	2,75%
Volatilidade	36,66% (**)	49,09%	48,64%
<i>Dividend Yield</i>	4,68% (**)	11,44%	9,01%
<i>Vesting</i>	Conselho de Administração – 2 anos	Conselho de Administração – 2 anos	Conselho de Administração – 2 anos

	Diretoria Estatutária ^(***) – 3 anos	Diretoria Estatutária ^(***) – 3 anos	Diretoria Estatutária ^(***) – 3 anos
Valor justo na data da outorga	Diretoria Estatutária - R\$4,85 ^(**)	Conselho de Administração - R\$4,59 Diretoria Estatutária - R\$4,50	Conselho de Administração - R\$6,48 Diretoria Estatutária - R\$6,39

^(*) Preço de Exercício: O preço de exercício será a média dos últimos 60 pregões, ajustado mediante desconto dos juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos distribuídos no período de carência.

^(**) Estimativa em 15 de fevereiro de 2023, a ser ajustado na data da efetiva outorga.

^(***) *Vesting* mínimo de 3 anos, podendo o Conselho de Administração aprovar programas com *vesting* superior.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Desligamentos voluntários, involuntários, morte e acidentes não foram considerados no cálculo – padrão global Korn Ferry para comparabilidade de valores entre as empresas

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

É calculado o desvio padrão das variações dos pregões a partir do histórico de ações da companhia dentro do período de carência.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia detidas em 31 de dezembro de 2022, pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Órgão	Ações de emissão da Companhia		Ações de emissão de controladas	
	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	359.000	359.000	0	0
Diretoria Estatutária	141.968	141.968	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não detinham, em 31 de dezembro de 2022, direta ou indiretamente, quaisquer ações ou cotas detidas (ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas) de emissão de controladas ou sob controle comum da Companhia, observado que na referida data a Companhia não possuía acionista controlador.

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,67
Nome de plano	Não aplicável	FlexPrev: Criado em 2021 como um plano de modalidade de contribuição definida, sendo concedida a opção de migração do PP2 para os colaboradores e estatutários a partir de 2022.
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, conseqüentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	Não aplicável	2.971.165,69 O valor acumulado considera as contribuições desde o PP2 (antigo plano de previdência adotado pela Companhia) até o plano vigente (isto é, o FlexPrev).
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	Não aplicável	809.721,90
Possibilidade e condições para resgate antecipado	O Plano prevê a possibilidade de resgate de 100% das contribuições pessoais e um percentual das contribuições patronais, conforme tabela de carência, variando de 30% do saldo de conta partir de 3 anos, até 100% do saldo da conta a partir de 10 anos de permanência no plano.	

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5,00	4,67	5,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,67	4,67	5,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	11.585.304,95	6.976.834,38	4.576.024,69	2.308.651,86	1.680.658,30	1.466.682,64	270.000,00	270.000,00	237.528,96
Valor da menor remuneração (Reais)	3.927.341,08	3.893.571,73	2.031.314,35	2.092.151,86	1.370.048,20	1.080.000,00	270.000,00	270.000,00	237.528,96
Valor médio da remuneração (Reais)	7.649.012,13	5.738.870,97	3.023.848,46	1.967.507,17	1.514.893,77	1.235.429,48	270.000,00	259.500,00	237.528,96

Diretoria Executiva	
31/12/2022	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual não exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social em virtude do término do mandato. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2021	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
Conselho de Administração	
31/12/2022	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2021	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

	O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
Conselho Fiscal	
31/12/2022	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2021	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2020	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Foi publicada em 17 de junho de 2022 a Política de Remuneração Alta Administração e Vice-Presidentes, que tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes acerca da remuneração do Presidente e membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e dos Vice-Presidentes da Companhia. Nos termos da referida política, o Presidente e os Diretores Vice-Presidentes Executivos da Companhia fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e indiretos e benefício motivado pela cessação do exercício do cargo, a critério do Conselho de Administração.

Complementarmente, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Para detalhes relativos a apólices de seguros ou contratos de indenidade envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, veja o item 12.11 do Formulário de Referência.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que desde 29 de julho de 2019, a Companhia deixou de ter um acionista controlador.

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem remuneração de controladores, diretos ou indiretos, ou de sociedades sobre controle comum.

8.20 - Outras informações relevantes

Informações gerais aplicáveis à seção 8

Término de Mandato – Diretor Presidente

Em complemento ao item 8.4, com o término do mandato do Diretor Presidente, em 19 de setembro de 2022, houve a quitação por cessação do cargo de montante estabelecido em Acordo de Separação, Transação e Quitação de Relação Estatutária, celebrado entre as partes, sendo o valor quitado de modo *pro rata* em outubro de 2022.

Ficou estabelecido no mesmo documento o reconhecimento e concordância de que todas as opções de compras e ações outorgadas ao estatutário restaram automaticamente canceladas e extintas, nos termos dos respectivos planos de remuneração baseada em ações, sem que este tenha direito a qualquer valor ou indenização.

Número de membros total e remunerados de cada órgão

As informações referentes aos exercícios sociais de 2022 a 2021 constantes nesta seção 8 correspondem às informações relativas a janeiro a dezembro de cada exercício social, não tendo correlação, conseqüentemente, com o montante aprovado nas Assembleias Geral Ordinárias referentes a tais períodos, que correspondem ao período de abril a março do exercício social subsequente. Adicionalmente, em relação à remuneração baseada em ações, as informações prestadas se referem à quantidade total de opções de compra de ações e/ou ações (com liquidação em ações e/ou caixa) outorgadas e/ou concedidas no exercício social em referência.

O número de membros total e remunerados de cada órgão, constante no item 8.2 acima foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, conforme quadro abaixo:

Remunerados ⁽¹⁾	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Janeiro	5	5	5	9	9	9	3	3	3
Fevereiro	5	4	5	9	9	9	3	3	3
Março	5	5	5	9	9	9	3	3	3
Abril	5	5	5	9	9	9	3	3	3
Mai	5	5	5	9	9	9	3	3	3
Junho	5	4	5	9	9	9	3	3	3
Julho	5	4	5	9	9	9	3	3	3
Agosto	5	4	5	9	9	9	3	3	3
Setembro	4	5	5	9	9	9	3	3	3
Outubro	4	5	5	9	9	9	3	3	3
Novembro	4	5	5	9	9	9	3	3	3
Dezembro	4	5	5	9	9	9	3	3	3
Média	4,67	4,67	5	9	9	9	3,00	3,00	3,00

⁽¹⁾ Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são remunerados.

Encargos sociais referente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, as informações de remuneração dos itens desta seção 8 estão sem a incidência dos encargos sociais.

Com o intuito de manter a transparência e acesso às referidas informações, seguem abaixo o montante de encargos sociais reconhecidos no resultado da Companhia nos últimos três exercícios sociais, além do previsto para o exercício social corrente:

Encargos sociais previstos para o exercício social corrente (31/12/2023) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	1.656.000,00	2.441.400,40	162.000,00	4.259.400,40
Bônus	0,00	5.001.789,74	0,00	5.001.789,74
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	829.131,05	3.113.761,74	0,00	3.942.892,79
Total de encargos sociais	2.485.131,05	10.556.951,88	162.000,00	13.204.082,94

Encargos sociais do exercício social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	1.656.000,00	1.838.456,85	162.000,00	3.656.456,85
Bônus	0,00	2.530.501,43	0,00	2.530.501,43
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.515.342,90	1.861.523,19	0,00	3.376.866,09
Total de encargos sociais	3.171.342,90	6.230.481,47	162.000,00	9.563.824,37

Encargos sociais do exercício social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	1.655.800,00	1.626.600,00	162.000,00	3.444.400,00
Bônus	0,00	1.959.370,80	0,00	1.959.370,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	589.808,78	1.137.201,13	0,00	1.727.009,91
Total de encargos sociais	2.245.608,78	4.723.171,93	162.000,00	7.130.780,71

**ANEXO VII – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO
CONSELHO FISCAL INDICADOS PELA PREVI**

*(nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme
Resolução da CVM nº 80/2022)*

7.3 - Composição e experiência profissional dos candidatos ao Conselho Fiscal

As informações abaixo referem-se aos candidatos aos cargos do Conselho Fiscal da Companhia, indicados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ.

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Gueitiro Matsuo Genso	12/12/1971	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	N/A
624.201.519-68	Bancário e economiário	45 - C.F.(Efetivo)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	N/A
Não aplicável.					
Cristina Ferreira de Brito	06/09/1963	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	28/04/2022 ⁽²⁾
319.156.715-15	Contadora	48 - C.F.(Suplent)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	100%
Não aplicável.					
Vitor Paulo Camargo Gonçalves	02/12/1956	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	N/A
980.670.798-20	Aposentado	45 - C.F.(Efetivo)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	N/A

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Não aplicável.					
Wesley Mendes da Silva	22/10/1973	Conselho Fiscal	27/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	28/04/2022 ⁽²⁾
709.809.344-00	Administrador	48 - C.F.(Suplent)	27/04/2023 ⁽¹⁾	Não	100%
Não aplicável.					

⁽¹⁾ Cumpre destacar que a data mencionada é apenas indicativa. Caso o referido candidato seja eleito, a sua efetiva data de posse será devidamente indicada no Formulário de Referência, nos termos da regulamentação aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, em razão do cargo atualmente ocupado.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Gueitiro Matsuo Genso – 624.201.519-68
Graduado em administração de empresas pela FACULDADES SPEI CURITIBA PR em 1º de agosto de 2002, foi Diretor no Banco do Brasil de janeiro de 2010 a fevereiro de 2015. Em março de 2015 assumiu a posição de Presidente na Previ, cargo que ocupou até julho de 2018. Desta data até dezembro do mesmo ano, ocupou o cargo de Vice-Presidente no Banco do Brasil. Em julho de 2019, passou a ocupar a posição de Presidente da PicPay, até agosto de 2020. O Sr. Gueitiro Matsuo Genso declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Cristina Ferreira de Brito – 319.156.715-15
Graduada em ciências contábeis pela Fundação Visconde de Cairú em 31 de dezembro de 1989, pós-graduada em auditoria pela Fundação Visconde de Cairú em 30 de novembro de 1999 e em controles internos pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras/Universidade de São Paulo em 30 de junho de 2004, cursou o <i>English as a Second Language Course</i> pela LSC - <i>Language Studies</i> Canada Vancouver, concluído em 31 de março de 2000, e possui em andamento curso para obtenção da Certificação para Conselheiro Fiscal pelo IBGC, com previsão de conclusão em 30 de setembro de 2024. Foi membro do Conselho Fiscal da Norte Energia S.A. de 1º de abril de 2014 a 30 de abril de 2015; e Gerente Executiva da Caixa Econômica Federal, de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2019.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

A Sra. Cristina Ferreira de Brito declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. Cristina Ferreira de Brito declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Vitor Paulo Camargo Gonçalves – 980.670.798-20

Graduado em administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em março de 1981; realizou cursos de conselheiro de administração pelo IBGC, em 2001 e de desenvolvimento em administração pela Fundação Dom Cabral em 2002 e IBMEC, em 2003. É, ainda, pós-graduado em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, concluído em 2006, e realizou curso de conhecimento contínuo para comitê de auditoria, no IBCG, em 2019.

Na Previ, sua trajetória iniciou em junho de 1990 como conselheiro fiscal suplente, cargo que ocupou até maio de 1992. De junho de 1992 a maio de 1996, assumiu cargo na Diretoria Deliberativa. No final de 1997, passou a ocupar cargo na Diretoria de Participações, até maio de 2000. De junho de 2004 a maio de 2010, foi membro da Gerência de Políticas e Cenários da Previ, sendo que, em junho de 2010 passou a ocupar o cargo de Diretor de Planejamento, até maio de 2014. Entre março de 1996 e 1997, ocupou a presidência da Federação das Cooperativas de Consumo. Entre abril de 1997 e abril de 2003, foi conselheiro na Paranapanema S.A. Entre abril de 2005 e 2007, foi conselheiro na Petroflex. Entre junho de 2010 e maio de 2012, ocupou cargo no conselho deliberativo da ABRAPP. Entre junho de 2010 e julho de 2020, ocupou cargo no conselho deliberativo da Economus. De 2007 a 2011 também ocupou cargo de conselheiro na Kepler e Weber. De abril de 2011 a abril de 2015 foi conselheiro na Embraer, onde também ocupou cargo no comitê de auditoria e riscos entre 2011 e 2013 e no comitê de recursos humanos de 2013 a 2015. Também foi presidente do conselho diretor da ICSS de outubro de 2011 a agosto de 2019. Entre outubro de 2018 a agosto de 2019, ocupou cargo no comitê de auditoria da Cooperforte. De março de 2019 a março de 2020, ocupou cargo no conselho fiscal da Tupy S.A.

O Sr. Vitor Paulo Camargo Gonçalves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Wesley Mendes da Silva – 709.809.344-00

Graduado em administração de empresas pela Universidade Católica de Pernambuco em 2000, é mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), doutor em administração de empresas pela Universidade de São Paulo (2010) e livre docente em finanças corporativas pela faculdade de economia, administração e contabilidade da Universidade de São Paulo (2016). Além disso, realizou os seguintes cursos de conhecimento contínuo: (i) em administração, como pós-doutorado, pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2011); (ii) em administração, como pós-doutorado/*Visiting Scholar* pela *Brigham Young University* (2014) e pela *University of Texas at Austin* (2017); e (iii) em *Materiality (Part GRI Professional Certification)* pela *GRI-Global Reporting Initiative* (2021). Por fim, possui certificação, pelo IBCG, de conselheiro de administração (2012) e de conselheiro fiscal (2021). Também realizou curso de inglês na Cel.Lep de janeiro de 2006 a janeiro de 2020.

De 1994 a 2000, serviu ao Exército Brasileiro, tendo ocupado cargo na alta gerência, de Chefe Adjunto da Primeira e Quarta Seções do PqRMnt/7 e de Comandante. De 1996 a 1997, foi membro da Diretoria do Círculo Militar do Recife. Adicionalmente, de janeiro de 2000 a dezembro de 2000, foi Chefe Adjunto da Divisão Técnica do PqRMnt/7.

Ademais, foi Presidente do Instituto Brasileiro de Inovação Financeira de junho de 2017 a junho de 2018. Também foi membro titular do *Advisory Board/Líder Comitê ESG* da BTV Soluções Financeiras de agosto de 2020 a agosto de 2021 e membro efetivo do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração-ANPAD de 1º de julho a 31 de agosto de 2021.

O Sr. Wesley Mendes da Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

O Sr. Wesley Mendes da Silva declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 50/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gueitiro Matsuo Genso – 624.201.519-68	N/A
Cristina Ferreira de Brito – 319.156.715-15	N/A
Vitor Paulo Camargo Gonçalves – 980.670.798-20	N/A
Wesley Mendes da Silva – 709.809.344-00	N/A

7.4 - Composição dos comitês

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos candidatos ao Conselho Fiscal indicados acima ocupa atualmente cargos em comitês de assessoramento da Companhia.

7.5 – Relações familiares**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos da Resolução da CVM nº 80/2022, este item não é aplicável a membros do Conselho Fiscal.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos da Resolução da CVM nº 80/2022, este item não é aplicável a membros do Conselho Fiscal.